

RELATÓRIO DE GESTÃO 2023



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2023

Porto Velho/RO – Março/2024

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE	06
VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	07
Identificação da UPC e declaração da sua missão e visão	08
Organograma da estrutura organizacional	09
Cadeia de Valor	12
Modelos de Negócios	13
Execução orçamentária	13
Pleitos Eleitorais, Biometria e Segurança da Informação	14
RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	15
ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DO TRE-RO	15
Principais Riscos	16
GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	18
Planejamento Estratégico e Governança	19
Planejamento Estratégico Institucional do TRE-RO	19
Selo Ouro	20
Metas Nacionais – CNJ	21
Litigiosidade	22
Indicadores de Planejamento Estratégico	23
Prestações de Contas anuais	24
Projetos desenvolvidos	25
Enfrentamento ao assédio moral, ao assédio sexual e à discriminação	25
Implementação do Sistema CINGO	26
Mesário voluntário	27
Implantação do Sistema de Autogerenciamento das Zonas Eleitorais	27
Censo eleitoral: indígenas, quilombolas e integrantes de comunidades remanescentes	28
Cadastramento biométrico no Estado de Rondônia	28
Projeto piloto de liderança, desempenho e pertencimento nos cartórios eleitorais	29
Cartório mentor	30
Infraestrutura e Obras	31
Locação de imóveis	35

Gestão de Transportes	36
Gestão de Licitações e Contratos	39
Gestão de Bens de Consumo	46
Resumo das Movimentações financeiras	48
Demonstrativo Patrimonial	49
Desfazimento de bens	50
Alienação de bens	51
Editorações	55
Repositório arquivístico	55
Descartes de documentos físicos	55
Exposição “Participação Cidadã nas Eleições 2022”	55
Revistas de Jurisprudência, Informativos Biblinforme e E-Books	56
Biblioteca Física e Digital	56
Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação	57
Modelo de Governança de TIC	57
Conformidade legal	58
Montante de recursos aplicados em TIC	58
Corregedoria Regional Eleitoral	60
Atividade de destaques	60
Acompanhamento da tramitação processual nas zonas eleitorais	60
Núcleo de apoio às zonas eleitorais	62
Atuação do núcleo de estatística e gestão estratégica do TRE-RO no Prêmio CNJ de Qualidade 2023	63
Participação na implementação do modelo estratégico de gestão de pessoas	64
Comitê multissetorial para a promoção de políticas públicas judiciais de atenção às pessoas em situação de rua e suas interseccionalidades	64
Planejamento das atividades da Corregedoria para 2024	65
Inspeções	66
Autoinspeções	66
Inspeções de ciclo - Biênio 2022-2023	67
Administração do cadastro eleitoral	67
Sistema de Informações Eleitorais – SIEL	68

Sistema INFODIP	68
Base de perda e suspensão de direitos políticos	69
Provimentos, Portarias conjuntas e orientações expedidas	73
ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DE RONDÔNIA	73
Formação continuada em Direito	73
Ações de responsabilidade social e educação para a cidadania	73
Estímulo à produção científica	74
RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO	75
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	77
Resumo da situação financeira da UPC	77
Gestão Orçamentária e Financeira	77
Gestão Financeira	79
Detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesa	79
Desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado	81
Explicações sobre variações do resultado	81
Demais tópicos da Gestão Orçamentária	82
Conclusões de Auditorias	83
Auditoria Interna	83
Índice de Cumprimento de Recomendações Expedidas por auditoria realizada pela AUDI	84
Índice de Cumprimento de Recomendações Expedidas pelo TCU ao TRE-RO	84
Resultados dos Trabalhos da Auditoria em 2023	85
Gestão de Custos	86
ANEXOS, APÊNDICES E LINKS	91
Link para o Planejamento Estratégico 2021-2026	91
Parecer técnico da Auditoria Interna	92
Declaração de Integridade do Relato Integrado – Diretora-Geral	93
Lista de abreviações	94

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O exercício de 2023 foi marcado por muitos desafios e muitos avanços para a Justiça Eleitoral de Rondônia. Na condição de destemidos pioneiros, continuamos a demonstrar o nosso compromisso com a excelência, a inovação e a responsabilidade social.

Como resultado, alcançamos o percentual de 95% da pontuação máxima do Prêmio CNJ de Qualidade, o que garantiu ao TRE-RO, pelo terceiro ano consecutivo, a premiação na categoria ouro. Esse percentual superou os 85,43% obtidos no exercício 2022, o que demonstra o empenho deste Tribunal com a melhoria contínua no atendimento à sociedade e, também, na prestação jurisdicional.



Nesse espírito, e na busca por instalações mais modernas, acessíveis e sustentáveis, este Tribunal inaugurou a Pedra Fundamental de construção da obra do novo Edifício-Sede do Tribunal e das Zonas Eleitorais, além das reformas e construções de fóruns eleitorais nos municípios do interior do Estado.

Também no ano de 2023, houve o incremento da força de trabalho do tribunal, por meio da nomeação de 11 novos servidores efetivos, sendo 3 cargos de Analista Judiciário e 8 cargos de Técnico, além do resgate, pela via remota, da força de trabalho dos servidores deste Regional que estavam em lotação provisória em outros tribunais.

Merece registro, também, o cumprimento integral das metas nacionais do Poder Judiciário, fato que reforça a constante busca do aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e consequente entrega de um serviço mais célere e eficaz por parte de toda a Justiça Eleitoral de Rondônia.

A área de tecnologia foi outra prioridade no exercício de 2023, por meio de investimentos na modernização da estrutura e, também, do incremento na segurança da Informação e cibernética neste Tribunal.

Na busca de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, foram implementadas diversas ações de sustentabilidade, tais como a adoção de energia fotovoltaica nos Fóruns Eleitorais de Cacoal, Pimenta Bueno e Alta Floresta do Oeste e no Posto de Atendimento de Presidente Médici, além da entrada em funcionamento do sistema de aproveitamento de água da chuva no edifício sede.

Todas essas conquistas, além das demais descritas no corpo deste relatório, são resultantes da dedicação do incansável e abnegado corpo de magistrados, servidores e colaboradores deste Tribunal no intuito de proporcionar à população uma melhor eficiência administrativa e jurisdicional.

Por isso, registro os agradecimentos a todos que colaboraram na construção dessa importante caminhada.

Desembargador Paulo Kiyochi Mori

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Na governança externa do TRE-RO destacam-se o TSE, como órgão máximo da Justiça Eleitoral, que exerce sobre seus Tribunais Regionais funções administrativa, normativa e jurisdicional; o CNJ, em sua função fiscalizadora de atos administrativos do Poder Judiciário; e o TCU, especialmente em sua função de fiscalização e controle das contas públicas.

Na governança interna temos como principais instâncias o Plenário do TRE-RO, com seu poder de decisão sobre matérias e atos jurisdicionais e administrativos; o Conselho Administrativo em sua atribuição de discutir e deliberar questões administrativas visando ao cumprimento dos planos de gestão; o Comitê Estratégico em sua função de análise e acompanhamento da estratégia; o Comitê de Priorização de 1º Grau, em sua competência para assegurar a representatividade das Zonas Eleitorais nos atos de gestão; e o Comitê Diretivo de TIC em sua atribuição de coordenar a formulação de propostas e definir os princípios e as diretrizes que orientam a forma de utilização da Tecnologia da Informação e da Comunicação do TRE-RO de maneira integrada e transparente.

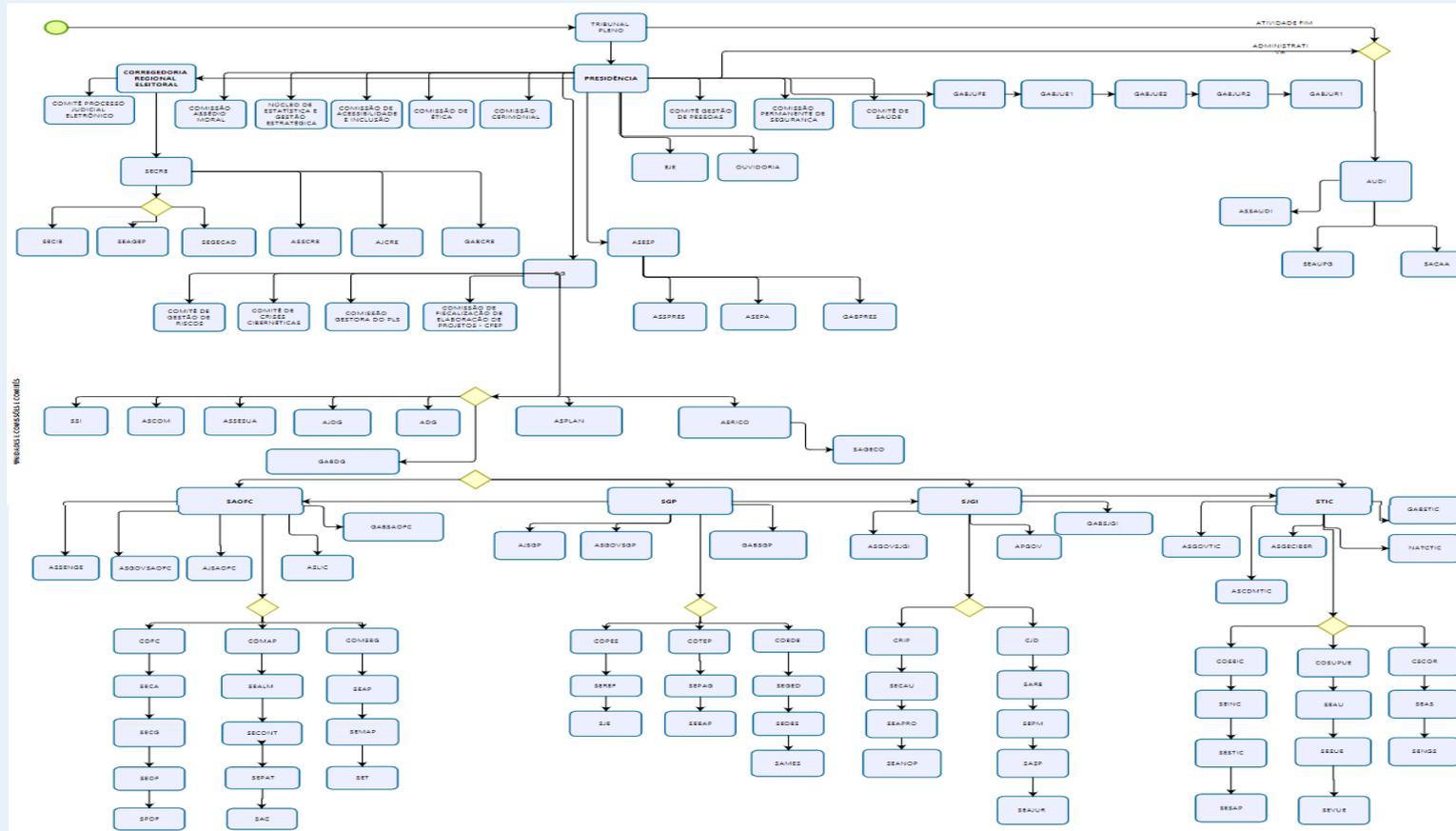
Compõe, ainda, a estrutura de governança do TRE-RO a Ouvidoria Eleitoral na defesa dos direitos e garantias do cidadão e promoção do aprimoramento dos serviços prestados; a Corregedoria Regional Eleitoral em sua função de fiscalização da regularidade dos serviços eleitorais do 1º Grau de jurisdição; e a Auditoria Interna em suas funções de controle e auditoria da gestão ligada diretamente com a Presidência.

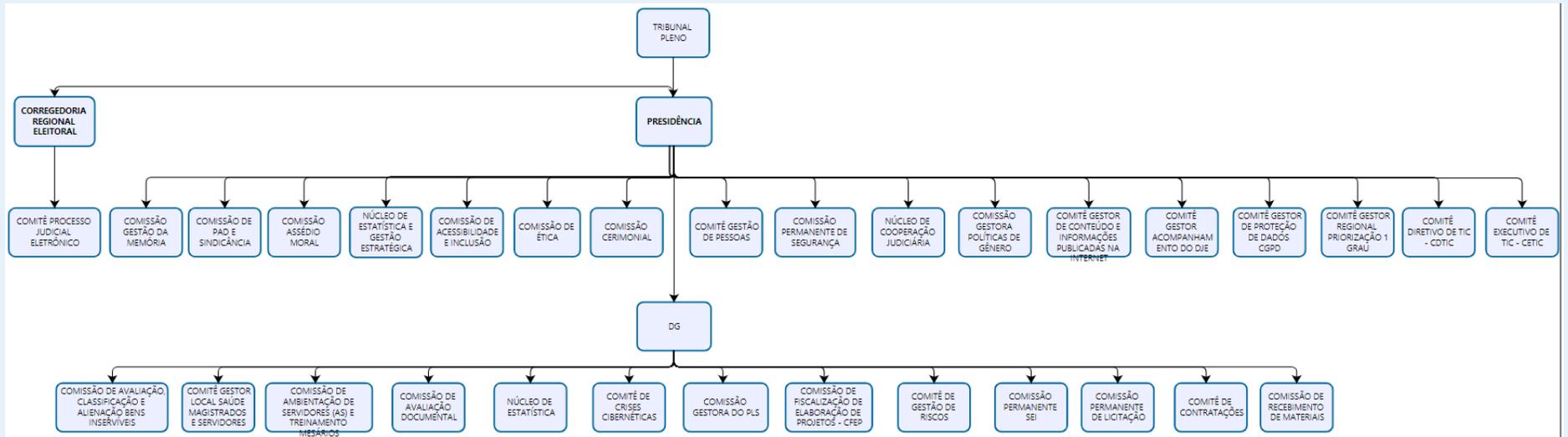
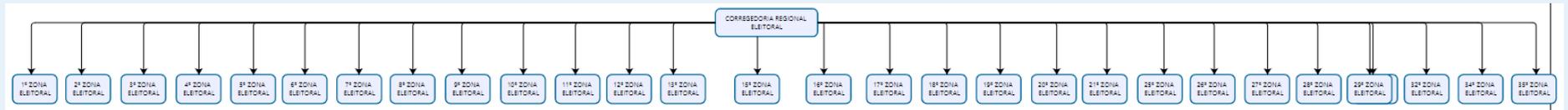
Destacam-se ainda alguns dos importantes instrumentos que atuam na governança do TRE-RO: a Assessoria Jurídica, que analisa a conformidade dos atos administrativos; o Planejamento Estratégico, que estabelece o direcionamento institucional; o Plano de Logística Sustentável, que estabelece as diretrizes de atuação socioambiental; o Planejamento Orçamentário Participativo, que garante a participação de representantes de todas as unidades deste Tribunal na elaboração da proposta orçamentária anual, e o Plano Anual de Capacitação, construído de forma participativa; a Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias; a Assessoria de Gestão de Riscos e Controle e o Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas.

O planejamento e a estrutura de governança do TRE-RO apoiam o alcance dos objetivos institucionais promovendo o alinhamento das estratégias com os Planos de Gestão e de Ação, bem como o monitoramento do cumprimento destes planos.



Organogramas da estrutura organizacional, incluindo as estruturas de governança (conselhos ou comitês de governança, entre outros);





O TRE-RO conta com 29 Zonas Eleitorais distribuídas entre os 52 municípios do Estado de Rondônia. Dentre os municípios de Rondônia registram-se situações bastante peculiares, pontuadas por localidades de difícil acesso e aldeias indígenas, cujo acesso só é possível por meio de barcos ou aeronaves (aviões de pequeno porte e helicópteros), exigindo da JE-RO planejamento e logística bastante diferenciada no atendimento.

Atividades Jurisdicionais

Corte Eleitoral

Presidência

Corregedoria

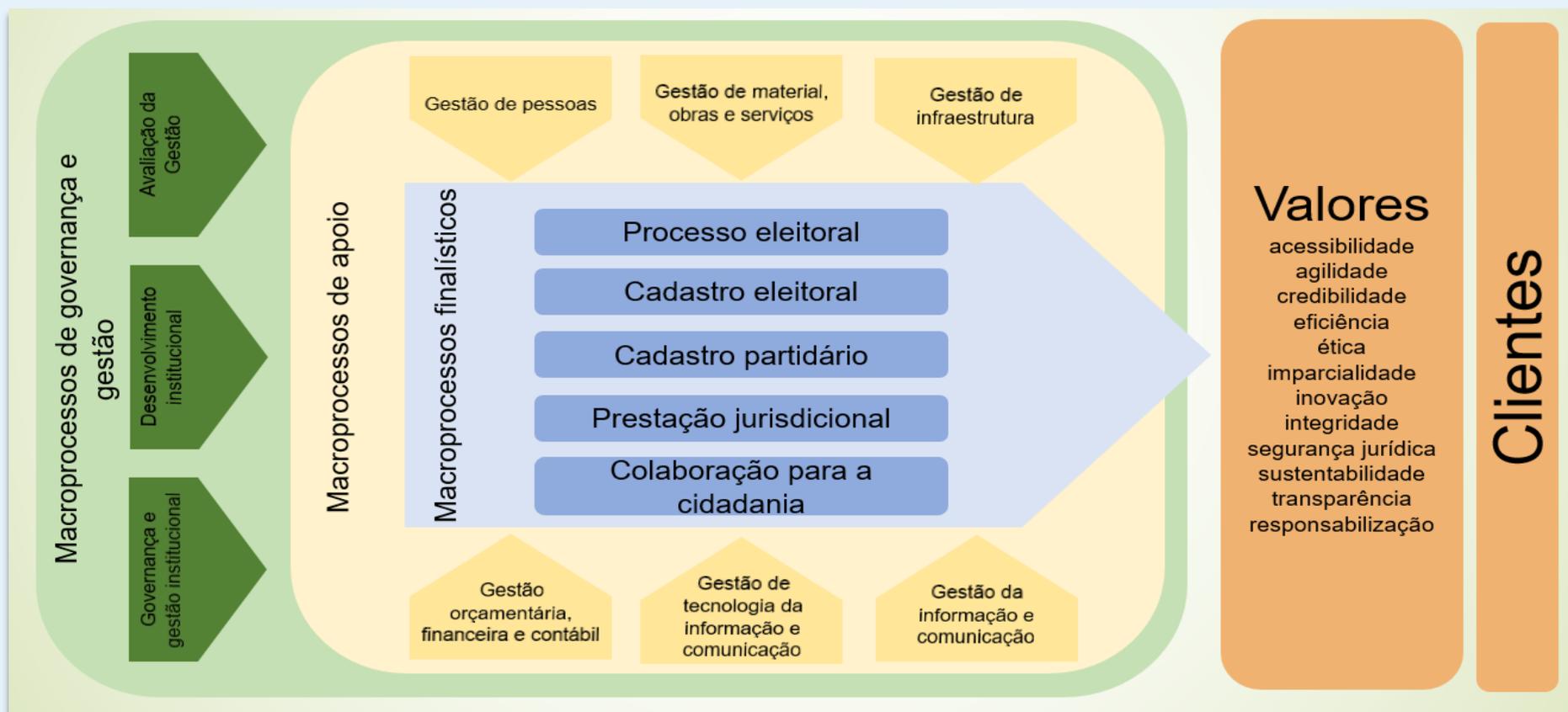
Secretaria Judiciária

Atividades Administrativas

Diretoria-Geral

Secretarias do Tribunal

- SAOFC
- STIC
- SGP
- SJGI



Execução orçamentária dos principais programas/projetos/ações

No Plano Plurianual da União (PPA 2020-2023) são de responsabilidade do TRE-RO apenas a execução de ações em programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado e de Operações Especiais.

A partir do PPA 2020-2023 a totalidade dos recursos executados por este Regional passou a concentrar-se no programa de trabalho nº **0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**, englobando ações orçamentárias destinadas a gestão da atuação jurisdicional do Poder Judiciário Federal.

Execução por Ação Orçamentária e por Unidade Orçamentária (14122) - 2023

R\$ 1,00

Ação Orçamentária	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
Ampliação de Cartório Eleitoral em Vilhena/RO (15Z2)	650.000	599.998	0	,00
Aposentadorias e Pensões (0181)	11.358.968	11.022.920	11.022.920	11.022.920
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores (2004)	4.159.364	4.159.364	4.157.318	4.156.518
Ativos Civos da União (20TP)	60.676.458	60.676.458	58.604.187	57.329.972
Benefício Especial LEI 12.618/2012 (00S6)	1.155.000	0	0	0
Benefícios Obrigatórios aos Servidores (212B)	4.291.071	4.121.161	4.106.161	4.103.611
Construção do Edifício Sede do TRE-RO (159L)	7.160.983	7.160.983	159.790	159.790
Contribuição da União ao Regime de Previdência (09HB)	9.161.633	7.820.864	7.812.864	7.812.864
Julgamento de Causas e Gestão Administrativa (20GP)	28.281.153	28.272.805	21.587.574	21.430.959
Total	126.894.630	123.834.553	107.450.814	106.016.634

As **despesas de caráter obrigatório** com pessoal, benefícios e encargos sociais totalizaram o montante de **R\$ 90,8 milhões**, representado pelas ações orçamentárias 00S6, 0181, 09HB, 2004, 20TP e 212B, não havendo acréscimos significativos em relação aos dois últimos exercícios face a política de controle de gastos com pessoal implantada na Justiça Eleitoral em razão do Teto de Gastos.

No exercício 2023 a alocação de **despesas de caráter discricionário** deu-se nas ações orçamentárias 20GP, 159L e 15Z2. A ação 20GP aloca recursos destinados a manutenção da infraestrutura imobiliária e de tecnologia da informação, assim como os necessários a operação dos serviços administrativos, não havendo também variação significativa entre os montantes executados nos dois últimos exercícios nessa ação orçamentária devido a política de adequação das despesas ao Teto de Gastos da Emenda Constitucional nº 95/2016.

A ação orçamentária 159L destinou-se a concentrar as dotações para a **Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - RO**, com previsão de execução total de R\$ 130 milhões até o exercício financeiro de 2027.

Na ação orçamentária 15Z2 foram concentradas as dotações destinadas à obra de **Ampliação do Cartório Eleitoral em Vilhena – RO**.

Pleitos Eleitorais, Biometria e Segurança da Informação

Os recursos destinados a realização de eleições, do projeto de identificação biométrica do eleitorado e do projeto de cybersegurança são consignados anualmente pela lei de orçamento ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE, que descentraliza aos Tribunais Regionais os valores necessários para despesas em sua jurisdição.

Por tratar-se de ano pré-eleitoral, houve descentralização apenas de dotações destinadas a manutenção preventiva de urnas eletrônicas (R\$ 210.000,00) e pagamento de passivo de serviço extraordinário de eleições passadas (R\$ 88.529,00).

Para despesas com Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor foram descentralizados ao TRE-RO o montante de R\$ 810.900,00 que foram aplicados na aquisição de equipamentos (kits biométricos).

Em relação à cybersegurança foi recebido do TSE um montante de R\$ 2.040.401,00 na ação orçamentária de Gestão da Política de Segurança da Informação e Cibernética na Justiça Eleitoral.

Dotações Executadas por Descentralização - 2023				R\$ 1,00
Ação Orçamentária	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
Gestão da Política de Segurança da Informação e Cibernética na Justiça Eleitoral (21EE)	2.040.401	1.643.121	1.643.121	1.525.654
Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor (7832)	810.900	810.900	0	0
Pleitos Eleitorais (4269)	4.159.364	4.159.364	4.157.318	4.156.518
Total	126.894.630	123.834.553	107.450.814	106.016.634

ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DO TRE-RO

O TRE-RO realiza o gerenciamento de riscos por meio do modelo de “três linhas”. Com essa forma de trabalho, o controle das estratégias para alcance dos objetivos estratégicos é realizado por unidades em diferentes níveis, configurando três camadas dentro da estrutura da instituição.

1ª linha: unidades que executam o controle primário e implementam as ações corretivas em seus processos de trabalho;

2ª linha: unidades que realizam supervisão das unidades do Tribunal, a fim de monitorar as atividades de controle de riscos e verificar se os trabalhos atendem o disposto na legislação.

3ª linha: unidades que realizam a supervisão das demais unidades do Tribunal, a fim de monitorar as atividades de controle de riscos e verificar se os trabalhos atendem o disposto na legislação.

PRINCIPAIS RISCOS

De acordo com o mapa estratégico institucional para o sexênio 2021/2026, cumpre às unidades monitorarem indicadores relacionados aos objetivos estratégicos o Tribunal, visando, assim, mitigar os acontecimentos que possam prejudicar o cumprimento das respectivas metas.

RISCO: atraso na tramitação dos processos judiciais.

Causas

identificadas:

- inoperabilidade do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe);
- deferimento de pedidos de dilação de prazos;
- sobrecarga sazonal decorrente do aumento do volume de processos;
- apresentação intempestiva de documentos pelas partes;
- quadro insuficiente de pessoal capacitado para atuar nos processos finalísticos.

Ações para mitigação do risco:

- capacitação prévia das equipes de trabalho;
- elaboração de roteiros e modelos de certidões no PJe;
- monitoramento semanal do acervo com enfoque nos casos novos e julgados, com a criação de painel para uso da Secretaria Judiciária e Zonas Eleitorais;
- elaboração de relatórios semanais do acervo pendente de julgamento, com divulgação às assessorias e juízes membros;
- adoção de julgamentos monocráticos pelos relatores;
- realização de reuniões periódicas entre o Tribunal e Zonas Eleitorais.

RISCO: Inconformidade na execução e gestão das contratações.

Causas identificadas:

- Falta de previsão no plano anual de contratações;
 - Inconsistência na formulação do Projeto Básico ou do Termo de Referência;
 - Erro na formulação do edital;
 - Desconhecimento das atribuições do gestor ou fiscal do contrato;
-

Ações para mitigação do risco:

- Capacitação das equipes de trabalho;
 - Utilizar modelos padrão de documentos.
-

RISCO: Falta de pessoal suficiente para o atendimento às(os) eleitoras(es).

Causas identificadas:

- Falha no dimensionamento da demanda;
 - Falta de colaboração dos órgãos externos na disponibilização de pessoal;
-

Ações para mitigação do risco:

- Estreitar contatos com os gestores dos órgãos externos sensibilizando quanto à necessidade de pessoal;
 - Realocar temporariamente pessoas de outras unidades do Tribunal.
-

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

O TRE-RO materializou o Planejamento Estratégico com o compromisso institucional pela melhoria do desempenho e da governança corporativa, impulsionado pelos novos modelos e práticas de gestão e orientado por normativos de controles externos como TSE, CNJ e TCU.

A primeira iniciativa de elaboração do planejamento estratégico deste Tribunal data de 2003, progredindo para tomar força em 2009. Em evolução crescente, o TRE-RO foi promovendo adequações e atualizações que culminaram com a revisão geral de seu planejamento em 2014, vigente para o período 2015-2020, aprovado pela Resolução TRE-RO nº 12/2015, alinhada com a Resolução CNJ 198, de 1º de julho de 2014.

Iniciada em 2020, a revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, alinhada com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, instituída pela Resolução CNJ nº 325/2020, foi aprovada através da Resolução TRE-RO nº 08, de 15 de julho de 2021.

Com 25 indicadores de desempenho para monitoramento da estratégia, e monitorado em Reuniões de Análise (RAE), o planejamento institucional tornou-se mais tangível e compreensível como instrumento de gestão.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO TRE- RO

Para o TRE, o Planejamento Estratégico 2021-2026 norteia sua estratégia prescritiva e mostra a missão, a visão de futuro e os valores que a organização deve entregar, bem como os objetivos estratégicos que devem ser alcançados, conforme Mapa Estratégico.



O gerenciamento e a execução ocorrem de baixo para cima, na ordem:

1. Aprendizado e crescimento organizacional criando as condições para a mudança;
2. Processos internos integrados numa cadeia de valor adequada para a entrega dos resultados definidos em termos de tempo e qualidade;
3. Sociedade, onde são medidos e apurados a entrega do valor público e o relacionamento com os públicos de interesse da organização.

▶ APRENDIZADO E CRESCIMENTO

- Perspectiva da base do mapa estratégico, trata do protagonismo e do desenvolvimento das pessoas na era digital, além de compreender os recursos e o suporte tecnológico necessários ao alcance das estratégias organizacionais.

▶ PROCESSOS INTERNOS

- Destaca e prioriza os processos e procedimentos críticos para a promoção da melhoria contínua do TRE-RO com o objetivo de tornar a eleição mais segura, a prestação jurisdicional mais rápida e eficaz, aumentar a produtividade e aprimorar a qualidade dos serviços prestados.

▶ SOCIEDADE

- Perspectiva de resultados situada na parte superior do mapa estratégico, compreende os resultados organizacionais, a entrega de valor público e o relacionamento com a sociedade.

TRE-RO ATINGE 95% EM AVALIAÇÃO DE QUALIDADE E RECEBE O SELO OURO NA PREMIAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - 2023

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) alcançou o percentual de 95% da pontuação máxima do Prêmio CNJ de Qualidade, o que lhe garantiu pelo terceiro ano consecutivo a premiação na categoria ouro.

O percentual conquistado superou com folga os 85,43% que este Regional obteve no exercício 2022.

O prêmio representa o reconhecimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aos tribunais que se destacam em políticas judiciárias, eficiência, gestão e organização de dados.

A pontuação do prêmio leva em consideração a avaliação em critérios divididos nos seguintes eixos temáticos: governança, produtividade, transparência e dados e tecnologia.

O prêmio reflete o esforço da Justiça Eleitoral em Rondônia na busca do aprimoramento dos serviços prestados à sociedade.



METAS NACIONAIS - CNJ

O Tribunal direciona esforços visando ao cumprimento das metas anualmente estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para os órgãos integrantes do Poder Judiciário Nacional. Integradas ao planejamento estratégico do Tribunal, as Metas Nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade.

Ao segmento da Justiça Eleitoral (JE) aplicam-se as metas jurisdicionais 1, 2, 4 e 9.

RESULTADOS DOS INDICADORES:



META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos – META ALCANÇADA

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados.



META 2 – Julgar processos mais antigos – META ALCANÇADA

Identificar e julgar até 31/12/2023 80% dos processos distribuídos até 31/12/2021.



META 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais – META ALCANÇADA

Identificar e julgar até 31/12/2023 80% dos processos referentes às eleições de 2020 e 40% dos processos referentes às eleições de 2022, distribuídos até 31/12/2023, que possam importar na perda de mandato eletivo ou em inelegibilidade.



META 9 – Estimular a Inovação no Poder Judiciário – META ALCANÇADA

Realizar ações que visem à difusão da cultura da inovação em suas diversas dimensões e nas interações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder Judiciário.

TAXA DE CONGESTIONAMENTO

A taxa de congestionamento representa um indicador que mede o percentual de casos que permaneceram pendentes de solução em relação ao total que tramitou no período de um ano. Quanto menor o resultado da taxa de congestionamento, melhor o desempenho do Tribunal.

$$TC2^{\circ} = CP2^{\circ}/TBaix2^{\circ} + CP2^{\circ}$$

Exercício	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Resultado Fórmula	0,358	0,623	0,143	0,19	0,03	0,56	0,28	0,36	0,037	0,185
Grau de Cumprimento	35,80%	61,85%	14,37%	19,00%	3,00%	56,00%	28,00%	36,00%	3,7%	18,59%

Ao compararmos os percentuais registrados nos exercícios de 2015, 2019 e 2023, todos posteriores ao ano de eleições gerais, verifica-se que no último exercício houve redução expressiva da taxa de congestionamento.

**ESTATÍSTICA GERAL NO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO
(CLASSES CNJ)**

Estoque 2022 (Sem baixa)	Distribuídos 2023	Julgados 2023	Baixados 2023	Pendentes de Baixa em 31/12/2023
836	125	783	796	165

QUANTITATIVO DE PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS

Acórdãos	542
Decisões monocráticas terminativas	32
Decisões monocrática interlocutórias	479
Resoluções	61
Sessões plenárias	128
Total de pronunciamentos judiciais	1242

RESULTADO DOS INDICADORES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SEXÊNIO 2021-2026

Resultado dos indicadores ano 2023:

Tempo médio da sentença no primeiro grau:	• 295 dias
Taxa de Congestionamento das Execuções Fiscais:	• 85,29%
Taxa de Congestionamento Líquida, exceto Execuções Fiscais:	• 13,78%
Índice de Atendimento à Demanda:	• 270,59%
Tempo de Tramitação dos Processos Pendentes, considerando as fases dentro do Judiciário:	• 515 dias
Índice de Prescrição:	• 0,08%
Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade, Corrupção e Crime Eleitorais:	• 590 dias
Taxa de Processos Administrativos Disciplinares Baixados:	• 0%
Percentual de Casos Eletrônicos sobre o Acervo Total:	• 100%

DIRETÓRIOS ESTADUAIS QUE PRESTARAM CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO ANTERIOR AO DE REFERÊNCIA

Sigla do Partido	DADOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2023		
	Data	Processo PJ-e	Situação em: 2024
PDT	13/06/2023	0600223-77.2023.6.22.0000	AN
PL	29/06/2023	0600247-08.2023.6.22.0000	AN
UNIÃO BRASIL	29/06/2023	0600248-90.2023.6.22.0000	AN
REDE	29/06/2023	0600249-75.2023.6.22.0000	AN
PSC (incorporado ao PODE)	29/06/2023	0600250-60.2023.6.22.0000	AN
DEM	01/07/2023	0600252-30.2023.6.22.0000	AN
PV	01/07/2023	0600253-15.2023.6.22.0000	AN
SOLIDARIEDADE	01/07/2023	0600254-97.2023.6.22.0000	AN
PSTU	01/07/2023	0600255-82.2023.6.22.0000	AN
AGIR	01/07/2023	060025667.2023.6.22.0000	AN
PROS (incorporado ao SD)	01/07/2023	0600257-52.2023.6.22.0000	JN
CIDADANIA	01/07/2023	0600258-37.2023.6.22.0000	JN
PSL (Extinto p/ fusão c/ o DEM)	01/07/2023	0600259-22.2023.6.22.0000	AN
PRTB	01/07/2023	0600260-07.2023.6.22.0000	AN
PATRIOTA (Extinto p/ fusão c/ o PTB)	01/07/2023	0600261-89.2023.6.22.0000	AN
MOBILIZA (antigo PMN)	01/07/2023	0600262-74.2023.6.22.0000	AN
AVANTE	01/07/2023	0600263-59.2023.6.22.0000	AN
DC (antigo PSDC)	02/07/2023	0600264-44.2023.6.22.0000	JN
PMB	02/07/2023	0600265-29.2023.6.22.0000	AN
PSDB	03/07/2023	0600266-14.2023.6.22.0000	AN
PSB	03/07/2023	0600267-96.2023.6.22.0000	AN
MDB	03/07/2023	0600268-81.2023.6.22.0000	AN

Sigla do Partido	DADOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2023		
	Data	Processo PJ-e	Situação em: 2024
REPUBLICANOS (antigo PRB)	03/07/2023	0600269-66.2023.6.22.0000	AN
PT	03/07/2023	0600270-51.2023.6.22.0000	AN
PTB (Extinto p/ fusão c/ o Patriota)	10/07/2023	0600299-04.2023.6.22.0000	AP
PSD	10/07/2023	0600300-86.2023.6.22.0000	AN
PODE	10/07/2023	0600301-71.2023.6.22.0000	AN
PP	10/07/2023	0600302-56.2023.6.22.0000	AN
PC do B	10/07/2023	0600303-41.2023.6.22.0000	AP
PSOL	10/07/2023	0600304-26.2023.6.22.0000	AN
<p>LEGENDA - Situação em 2023: AN – Em análise AP – Aprovada AR – Aprovada com ressalvas DP – Desaprovada RE – Em recurso</p>			

PROJETO: ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO MORAL, AO ASSÉDIO SEXUAL E À DISCRIMINAÇÃO

Em atenção ao que determina a Res. CNJ nº 351/2021, foram realizadas diversas atividades voltadas a combater o assédio e a discriminação no âmbito da Justiça Eleitoral. Essas ações estruturantes e educacionais impactam no desenvolvimento organizacional e na maior integração dos servidores(as) e colaboradores(as), devido à remoção de barreiras comunicacionais e a implementação de ações para a melhoria das relações.

Resultados:

Ação: Semana de Enfrentamento ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e à Discriminação

- Descrição: ciclo de palestras e rodas de conversa com o objetivo de trazer à luz o pensamento individual e coletivo acerca das relações, comunicação e atitudes que permeiam a cultura organizacional no Setor Público, especialmente na Justiça Eleitoral em Rondônia.

Ação: Carta aberta contra o assédio e a discriminação

- Descrição: Carta compromisso assinada pelos gestores principais da instituição com o intuito de reforçar o compromisso com o enfrentamento ao assédio e discriminação.

Ação: Resolução TRE/RO nº 31/2023

- Descrição: Norma interna que regulamenta os procedimentos e estruturas voltadas para o acolhimento de vítimas, orientação aos servidores e apuração de denúncias de assédio e discriminação no ambiente de trabalho.

Ação: Capacitação dos gestores e do Núcleo de Acolhimento de Primeiros Socorros em Saúde Mental

- Descrição: treinamento oferecido aos gestores para reconhecimento de sinais de distúrbios psíquicos no ambiente de trabalho para oferta de melhores ambientes laborais. Ao mesmo tempo, os servidores responsáveis pelo acolhimento de denúncias receberam capacitação como socorristas em saúde mental, com orientações para o manejo de situações graves que envolvem sintomas de depressão, ansiedade, burnout, transtorno de estresse pós-traumático e luto.

Ação: Criação do Núcleo de Acolhimento

- Descrição: o Núcleo de Acolhimento a vítimas de assédio e discriminação foi criado a partir da Res. Nº 31/2023, com o intuito de estruturar o serviço, bem como normatizar o fluxo de acolhimento de vítimas.

PROJETO: IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA CINGO

O sistema informatizado foi contratado como serviço para a implementação do Modelo RH *OnTime*, desenvolvido pelo TRE-RO com o intuito de atender aos requisitos dos indicadores de governança de gestão de pessoas estabelecidos pelo TCU. O modelo visa implementar em um único conjunto as práticas de avaliação de desempenho, gestão por competências, dimensionamento da força de trabalho, avaliação de ocupações em risco e ocupações críticas, de forma a munir os gestores e colaboradores com informações técnicas e objetivas que permitam a melhor alocação de pessoas, o aproveitamento de talentos, a tomada de decisão sobre a escolha de gestores e a manutenção do quadro necessário para o desenvolvimento das atividades organizacionais.

Resultados:

Contratação do sistema;

Início do mapeamento de rotinas, grau de complexidade, Acordo de nível de serviços e envolvimento dos servidores no cumprimento das demandas;

Implantação, em dezembro de 2023, do conjunto de dados necessários ao monitoramento da unidade de testes.

Mesário voluntário

A Corregedoria Regional Eleitoral gerencia o “Programa Mesário Voluntário”, nos termos do disposto na Resolução TRE-RO n. 28/2014.

A atuação da Justiça Eleitoral no país é confiada a milhões de mesárias e mesários em todas as eleições, sendo fundamental valorizar e incentivar ativamente a participação desse público, principalmente como voluntárias e voluntários.

A mesária e o mesário, na qualidade de voluntários, participam das capacitações com maior afinco e, ainda, prestam um atendimento de melhor qualidade na seção eleitoral, mormente estarem naquela condição por vontade própria, atendendo ao chamamento eleitoral e certos das vantagens inerentes à atividade.

O programa é igualmente incentivado com campanhas nacionais promovidas pelo Tribunal Superior Eleitoral que, ciente das vantagens em dispor da atuação das mesárias e mesários como voluntários, realiza campanhas nesta seara, desde 2004.

Iniciou-se, no Processo SEI 0000869-95.2023.6.22.8000, o planejamento das atividades relativas ao projeto Mesário Voluntário para as Eleições Municipais de 2024.

Implantação do Sistema de Autogerenciamento das Zonas Eleitorais.

A Corregedoria Regional Eleitoral implementou em 2023, o Sistema de autogerenciamento das Zonas Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

O Sistema de autogerenciamento das Zonas - *Business Intelligence* foi desenvolvido para proporcionar uma visão geral da situação do Cartório Eleitoral, reduzir o índice de atraso no tratamento das pendências e permitir maior gestão estratégica (carências, deficiência e oportunidade).

Os indicadores apresentados pelo referido sistema são: Processos em tramitação no PJE; metas do CNJ; dados dos sistemas Infodip e Justifica; informações de constantes no sistema ELO como multas eleitorais, mesários voluntários e faltosos, título net, RAEs em diligência, pendentes de fechamento/envio, coincidências e bancos de erros; estatísticas processuais do Sistema Eletrônico de Informações-SEI; informações do Sistema ASI; autoinspeções pendentes no SINCO; dados relativos à Prestação de Contas (Pje, SICO e Cadastro).

Trata-se de ferramenta gratuita e tem por finalidade centralizar, em um único painel, as demandas atualizadas das zonas eleitorais, permitindo o gerenciamento das atividades cartorárias e administrativas pelo gestor local. Possibilita, ainda, visão geral das principais carências das zonas, oportunizando estratégias de orientação e de fiscalização pelas corregedorias.

Censo eleitoral: indígenas, quilombolas e integrantes de comunidades remanescentes

Esse projeto tem dois objetivos:

1º)

- planejar ações voltadas para realizar operações itinerantes, sempre que possível, em terras indígenas, comunidades quilombolas, comunidades isoladas e em localidades que por suas características dificultem ou onerem demasiadamente o comparecimento de eleitores e eleitoras à unidade de atendimento da Justiça Eleitoral;

2º)

- identificar as pessoas indígenas e quilombolas no cadastro eleitoral.

Cadastramento biométrico no Estado de Rondônia

A biometria em Rondônia começou em 2008 no município de Colorado do Oeste. No ano de 2019 foi concluída a revisão biométrica em todos os municípios do Estado.

No entanto, em decorrência da pandemia do COVID 19, a Resolução do TSE n. 23.615/2020 suspendeu a coleta de dados biométricos, sendo que a retomada foi autorizada a partir da reabertura do Cadastro Eleitoral em novembro de 2022 (Provimento CGE nº 07/2022). Em Rondônia, todos os municípios já retornaram a coleta biométrica no ano de 2023.

Assim, existe um quantitativo de eleitores e eleitoras que estão sem biometria porque fizeram o alistamento eleitoral durante o período em que estava suspensa a coleta de dados biométricos.

Com a finalidade de diminuir consideravelmente o número de eleitoras e eleitores sem biometria em Rondônia, o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia está convidando via *Chatbot (whatsapp do TRE-RO)* as pessoas eleitoras sem biometria para comparecer ao Cartório Eleitoral de seu município para coleta de dados biométricos.

Vale destacar que em Rondônia apenas 6,44% do eleitorado não possui biometria coletada (dados relativos ao mês de novembro de 2023 - página de estatística do TSE).

Projeto piloto de liderança, desempenho e pertencimento nos cartórios eleitorais.

O treinamento é parte de projeto da Corregedoria Regional Eleitoral para o alinhamento das Zonas Eleitorais da capital com a participação do TRE-RO no prêmio do CNJ 2023, por meio da priorização de julgamento do acervo dos processos judiciais e gestão eficiente do pessoal lotado nas unidades.

O plano objetiva aperfeiçoar o desempenho de processos e atividades das Zonas Eleitorais atendidas com maiores acervos processuais, bem como em outras áreas que necessitem de nova programação e ajustes e, após tratadas e ordenadas, possam servir de modelo para outras Zonas Eleitorais do interior do estado.

O projeto se dará por meio de oficinas ágeis, com as etapas de levantamento de dados, pesquisa de soluções, desenvolvimento de projetos a serem aplicados na melhoria das rotinas e práticas cartorárias.

Nesse sentido, a Corregedoria Regional irá elaborar plano de ação com prazo máximo 6 (seis) meses de duração, com a finalidade de acompanhar e orientar as atividades dos Juízos Eleitorais em Rondônia.

Por fim, foi finalizado com o curso/encontro de liderança e estatísticas realizado em parceria com a Presidência, Diretoria-Geral e SGP/COEDE, no final de 2023, direcionado aos chefes de Cartório e assistentes das Zonas Eleitorais em Rondônia. O treinamento é parte do projeto originalmente criado pela Corregedoria Regional Eleitoral para o alinhamento das Zonas Eleitorais com as METAS CNJ e consiste em trabalho multidisciplinar a ser realizado junto às Zonas Eleitorais por meio da CRE, COEDE, SJGI, ASPLAN e DG, consoante projeto proposto no processo SEI 0003288-25.2022.6.22.8000.

Cartório mentor

O patrocínio e a participação da Corregedoria Regional Eleitoral de Rondônia no projeto Cartório Mentor, idealizado e coordenado pela 11ª Zona Eleitoral de Cacoal/RO, representa um avanço significativo na busca pela melhoria das práticas cartorárias e na facilitação do ingresso de novos servidores neste complexo ambiente de trabalho. Consciente das dificuldades enfrentadas por aqueles lotados em zonas eleitorais, assim como pelos recém-chegados, a iniciativa visa superar desafios como a familiarização da rotina cartorária e do amplo planejamento e execução de eleições.

O contexto de quadros reduzidos de servidores, com apenas dois por cartório eleitoral, é agravado pela necessidade de lidar com uma variedade de sistemas para processamento de dados e execução de tarefas. Nesse sentido, os servidores em atividade muitas vezes não conseguem implementar práticas bem-sucedidas em todas as zonas devido à falta de comunicação interna e padronização de atividades, não obstante a existência do Manual de Práticas Cartorárias da Corregedoria Regional Eleitoral. Essa falta de uniformidade acarreta insegurança no trabalho e desperdício de tempo e energia, enquanto os novos membros enfrentam dificuldades para encontrar um ambiente consolidado que reúna outros manuais, orientações, sugestões e treinamentos relevantes.

O objetivo superior do projeto é a criação de um ambiente seguro e acolhedor, que centralize todas as informações essenciais ao trabalho de uma zona eleitoral em Rondônia. Já os objetivos específicos direcionam esforços para a criação de uma plataforma virtual com o intuito de compilar orientações referentes às atividades rotineiras dos cartórios eleitorais, promover boas práticas, compartilhar fluxos de trabalho já testados e funcionais, além de servir como guia de boas-vindas para novos servidores, integrando normas e manuais atualizados.

O projeto não apenas visa preencher lacunas de informação e comunicação, mas também busca estabelecer um padrão de práticas eficazes em todas as zonas eleitorais de Rondônia. Ao criar um ambiente virtual que reúna orientações, melhores práticas e manuais atualizados, o Cartório Mentor pretende oferecer um suporte fundamental para a capacitação contínua dos servidores e garantir um desempenho mais eficiente e uniforme em todas as atividades eleitorais da região.

Ações de reforma, ampliação, manutenções e outros serviços nas edificações do TRE-RO

Durante o ano de 2023 o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) prosseguiu com as obras para reformas, ampliações, adequações e manutenções de suas edificações, iniciada em exercícios anteriores, marcando assim um período de melhorias e modernizações significativas nas estruturas físicas dos imóveis.

Nas zonas eleitorais do interior do Estado foram realizadas reformas nos Fóruns Eleitorais de Rolim de Moura, Cerejeiras e Pimenta Bueno. O Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste passou por uma reforma geral, com construção de nova edificação para funcionamento do cartório e aproveitamento da edificação antiga para funcionamento de um depósito.

Os Fóruns Eleitorais de Buritis e de Guajará-Mirim também foram contemplados com serviços de manutenção, como revisão do telhado e do sistema elétrico e outras manutenções necessárias.

Nos Fóruns Eleitorais de Cacoal, Pimenta Bueno e Alta Floresta do Oeste e no Posto de Atendimento de Presidente Médici houve a instalação de energia solar.



Na sede do Tribunal, na capital, foram realizadas reformas significativas na Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação (SJGI) e na Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP). Essas reformas resultaram em espaços mais funcionais e adaptados às necessidades dos servidores e colaboradores, promovendo um ambiente de trabalho mais eficiente e agradável. Também foi construído o ambiente da Seção de Segurança Institucional (SSI), representando um importante passo no compromisso com a segurança de todos os usuários do Tribunal, além da manutenção na área administrativa da Seção de Transportes (SET) e também a construção, na área da Seção de Transporte (SET), de um depósito para atender as demandas de armazenamento da Seção de Patrimônio (SEPAT).

Foram realizadas atividades de revitalização e manutenção em instalações diversas do prédio sede, como gabinetes da Diretoria-Geral e da Presidência, Plenário, estacionamentos e garagens do Fórum Eleitoral de Porto Velho e da Seção de Transportes, no sistema de água potável (poço, cisterna e reservatórios), nos gradis, além de adequações do sistema de iluminação e renovação da pintura.

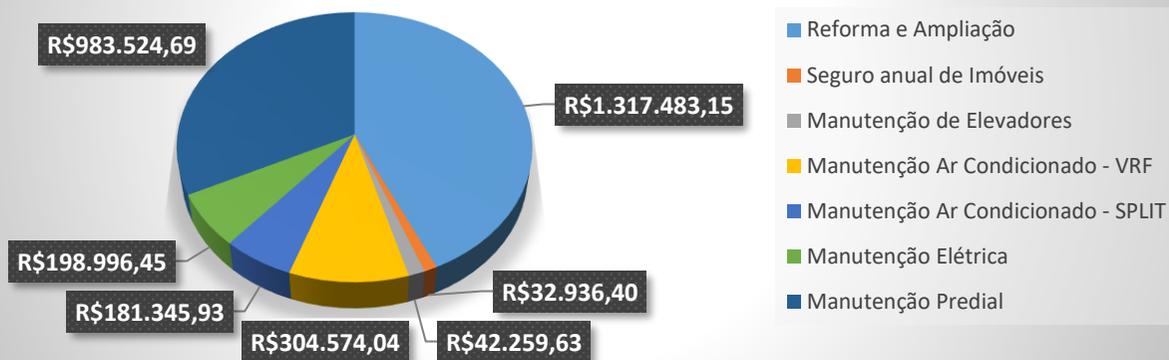
Outro fato de destaque foi a entrada em funcionamento do sistema de aproveitamento de água da chuva, no edifício sede. Esse investimento não apenas reduz o consumo de água potável, alinhando-se aos princípios de sustentabilidade, mas também demonstra um compromisso com a conservação dos recursos naturais.

O ano de 2023 também foi marcado pela contratação da fase de terraplanagem, drenagem e pavimentação do terreno onde será construída a nova sede do TRE-RO e Fórum Eleitoral de Porto Velho, obra que visa uma construção moderna e sustentável, prometendo proporcionar um ambiente de trabalho eficiente e acessível aos servidores e uma estrutura de alta qualidade para a realização das eleições.

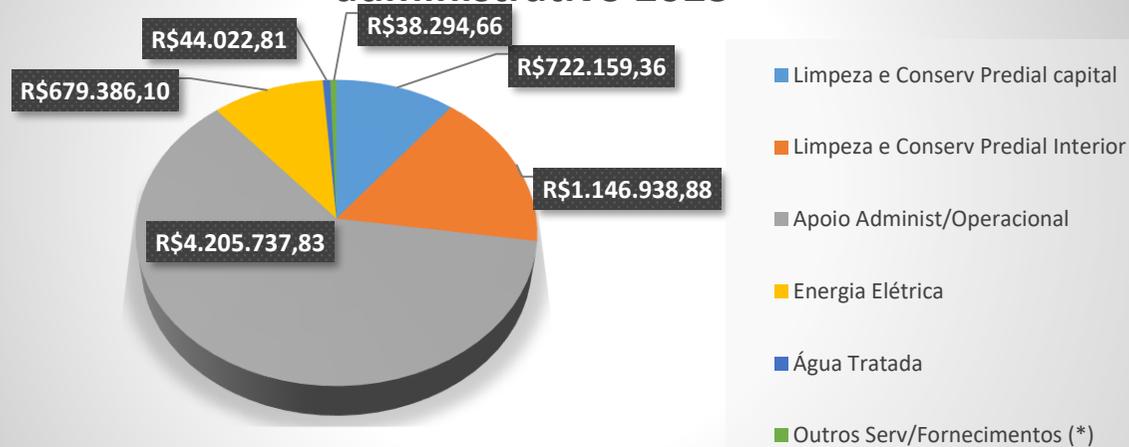


GRÁFICOS DOS GASTOS COM ESTRUTURA PREDIAL E MANUTENÇÃO GERAL DAS INSTALAÇÕES

Gastos gerais com reformas, manutenções e instalações prediais



Gastos decorrentes do funcionamento geral administrativo 2023



Custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos

Priorizando intervenções de ampliação e reforma nos Fóruns Eleitorais que mais necessitavam, bem como em unidades administrativas do edifício sede, o TRE-RO demonstra o zelo com os bens e os recursos públicos, proporcionando condições adequadas de funcionamento, com ambientes de trabalho mais eficientes aos servidores e acessíveis à população, refletindo diretamente na qualidade dos serviços oferecidos à sociedade, priorizando a sustentabilidade e acesso eficaz à justiça. Ademais, proporcionou também a redução de despesas com locações de imóveis.

Resultados alcançados

-  Aplicação eficiente e eficaz dos recursos que demonstram a sua perpetuação ao longo do tempo, garantindo sua efetividade.
-  Ambientes confortáveis, com adequadas condições de funcionamento.
-  Melhoria na qualidade do atendimento do público alvo.

Avaliação dos imóveis

Além das reformas e manutenções nas edificações, foram desenvolvidos trabalhos de avaliação dos imóveis, visando a atualização dos valores venais dos bens patrimoniais jurisdicionado ao TRE-RO, que possibilita a conformidade contábil, sendo parte integrante do Balanço Geral da União. Foram avaliados os imóveis dos Fóruns Eleitorais de Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Costa Marques, Colorado do Oeste, Pimenta Bueno, Alta Floresta do Oeste, Alvorada do Oeste, Santa Luzia do Oeste, Machadinho do Oeste, Buritis, São Miguel do Guaporé, Nova Brasilândia, Ouro Preto do Oeste e o posto de atendimento de Presidente Médici.

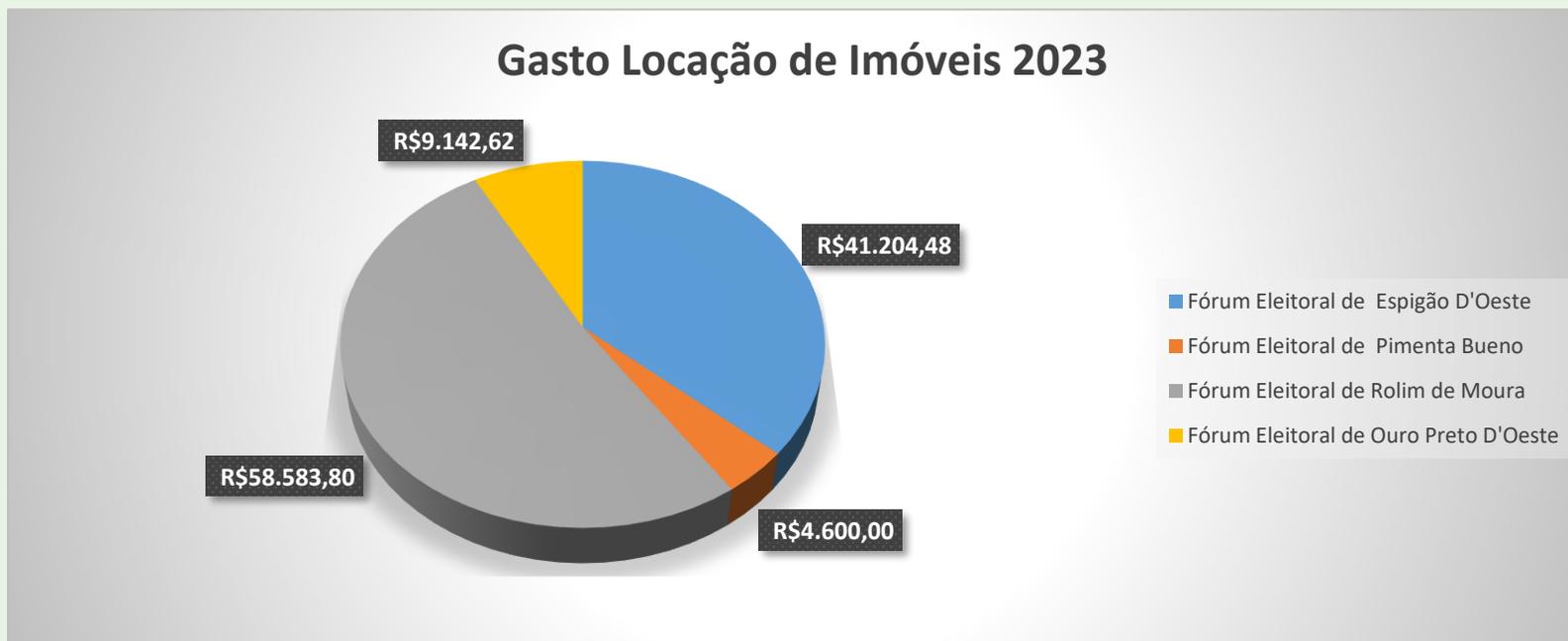
A avaliação de imóvel segue o contido na Instrução Normativa nº 2, de 2 de maio de 2017 e na Portaria Conjunta SPU/STN nº 703, de 10 de dezembro de 2014, que disciplina a avaliação para fins contábeis. O procedimento de avaliação de imóvel afeta o sistema de contabilidade - SIAFI, necessitando que seja realizado dentro de critérios formais de avaliação, de acordo com metodologia disciplinada pela Secretaria do Patrimônio da União.

Conformidade Legal

O TRE-RO apresenta anualmente declaração de conformidade legal, estando alinhada com os termos do artigo 70 da Constituição Federal, da Lei 4320/64, Lei Complementar 101/2000, Lei 8.429/92 e demais instrumentos legais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

GRÁFICO DO GASTO COM LOCAÇÃO DE IMÓVEIS EM 2023

Durante o ano de 2023 os 4 (quatro) imóveis locados para funcionamento provisório de Fóruns Eleitorais de Espigão do Oeste, Pimenta Bueno, Rolim de Moura e Ouro Preto do Oeste, que passaram por intervenções de obras, foram sendo gradativamente devolvidos, à medida que as obras iam sendo concluídas, terminando o exercício sem nenhum imóvel locado.

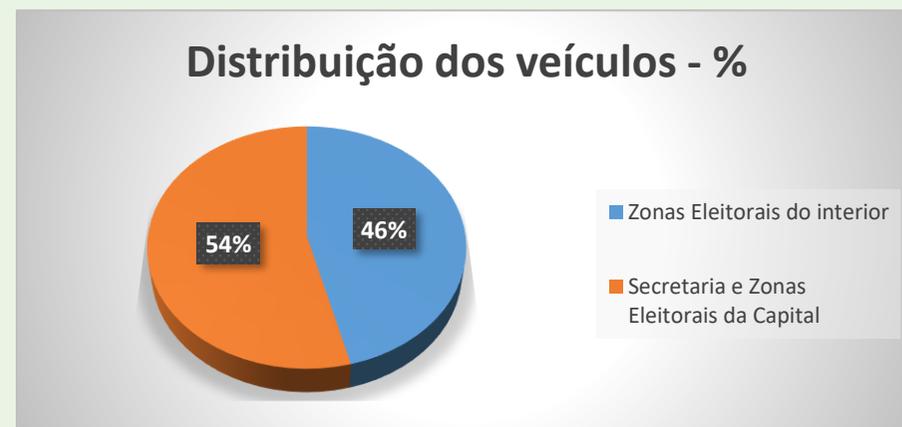
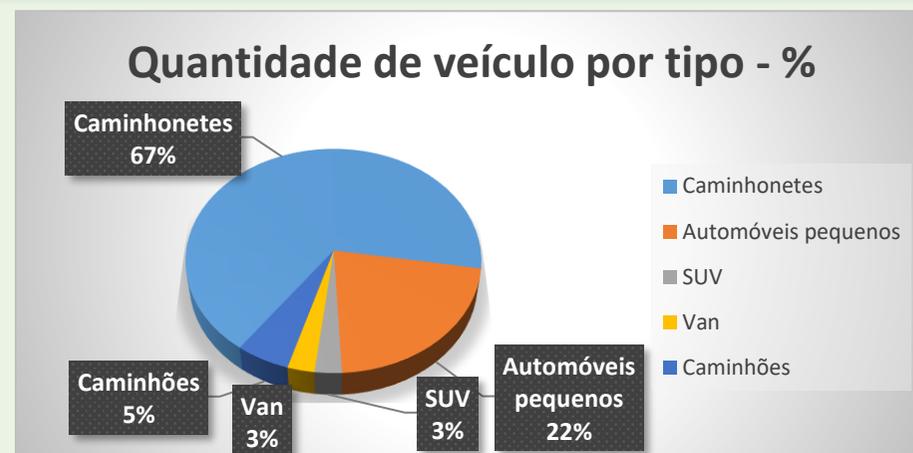


Este Tribunal possui frota própria de veículos para atender às necessidades ordinárias de suas atividades, consistente no deslocamento de magistrados e servidores, entrega de documentos aos diversos órgãos locais, entrega de materiais de consumo e permanente dentre outras atividades na Secretaria e todas as Zonas Eleitorais, distribuídas nos municípios do Estado para uso exclusivo no expediente jurisdicional do 1º e 2º graus, além das atividades sazonais relativas ao Pleito Eleitoral.

O atendimento das demandas extraordinárias decorrente das atividades das eleições das zonas eleitorais ocorre, preponderantemente, com requisição de veículos dos órgãos públicos, que são devolvidos ao final do período eleitoral.

A idade média da frota é de 11 anos.

No exercício de 2023 este Tribunal possuía 37 (trinta e sete) veículos na sua frota, assim distribuídos:



Todos os veículos são classificados como veículos de serviços, conforme art. 11 da Resolução nº 83 de 10 de junho de 2009 do CNJ.

O custo total de manutenção da frota alcançou o montante de R\$ 553.798,32, distribuído conforme abaixo:

Combustíveis frota:

•R\$ 139.701,02

Manutenção (peças) frota:

•R\$ 103.510,52

Manutenção (serviços) frota:

•R\$ 36.145,13

Licenciamento Frota:

•R\$ 7.428,86

Taxa Bombeiros:

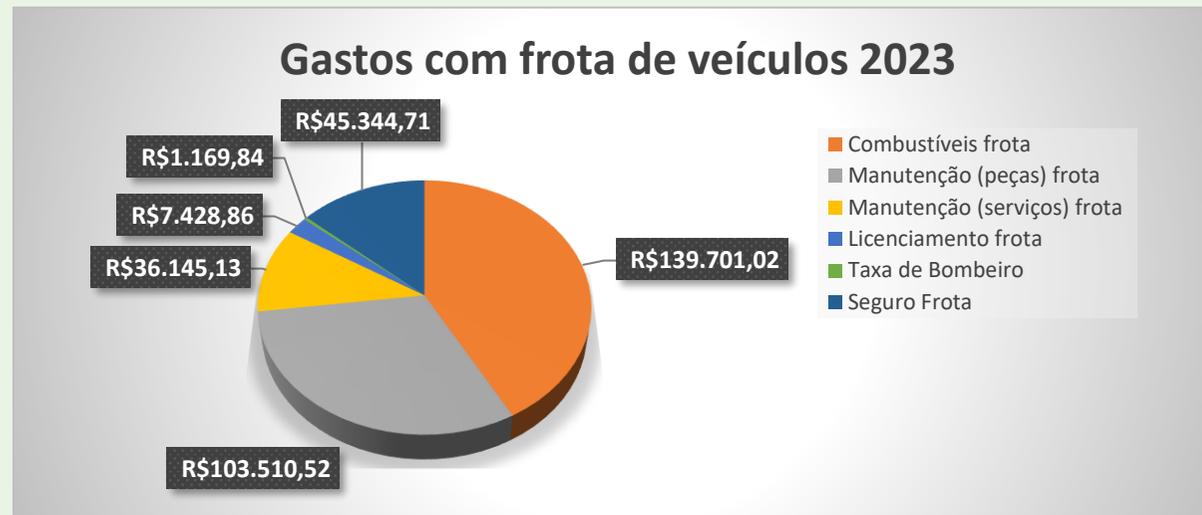
•R\$ 1.169,84

Seguro frota:

•R\$ 45.344,71

O custo em 2023 com a terceirização de 02 motoristas de veículo pesado e 02 motoristas de veículos leves importou em R\$ 329.291,28

O custo total de manutenção da frota alcançou o montante de R\$ 553.798,32, assim distribuídos:



A utilização da frota de veículos pertencentes ao TRE-RO é disciplinada pela Resolução nº 83, de 10 de junho de 2009 do CNJ e Instrução Normativa nº 03/2012 do TRE-RO.

CONFORMIDADE LEGAL

A Gestão de Licitações e Contratos do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) foi marcada pela Transição da Lei 8.666/93 para a Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

No exercício de 2023 o TRE-RO consolidou a implementação da nova lei de licitações e contratos administrativos, com disponibilização de modelos-padrão dos documentos da fase de planejamento das contratações. Tal consolidação se deu por meio dos seguintes normativos:

Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022	– Regulamentação das Contratações;
Instrução Normativa TRE-RO n. 4/2023	– Regulamentação dos procedimentos licitatórios.

Ainda no âmbito das contratações, foram adotados os normativos a seguir discriminados:

Instrução Normativa TRE-RO n. 1/2023	– adoção do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU/CGU, cartilha orientativa vastamente adotada pela Administração Pública como referência para as exigências de sustentabilidade nas contratações, inclusive por recomendação do TCU.
Instrução Normativa TRE-RO n. 7/2023	– adoção e regulamentação da utilização do sistema CONTRATOS.GOV.BR., ferramenta de gestão e fiscalização contratual, que permite, entre outras funcionalidades, a divulgação das informações de contratos, de instrumentos congêneres e de suas eventuais alterações no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em atendimento à Lei n. 14.133/2021.

Como relevante medida de aprimoramento da governança das contratações, registra-se a aprovação da Resolução TRE-RO n. 42/2023, que dispõe sobre a Política de Governança das Contratações do Tribunal.

LICITAÇÕES E CONTRATOS

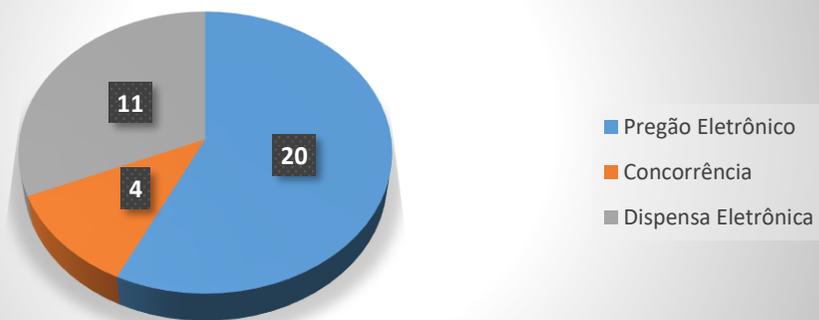
Dados gerais referentes a licitações realizadas, incluindo dispensa eletrônica, modalidade de licitação, contratos celebrados, finalidades e referentes a bens de consumo e patrimoniais.

Licitações realizadas em 2023, por modalidade

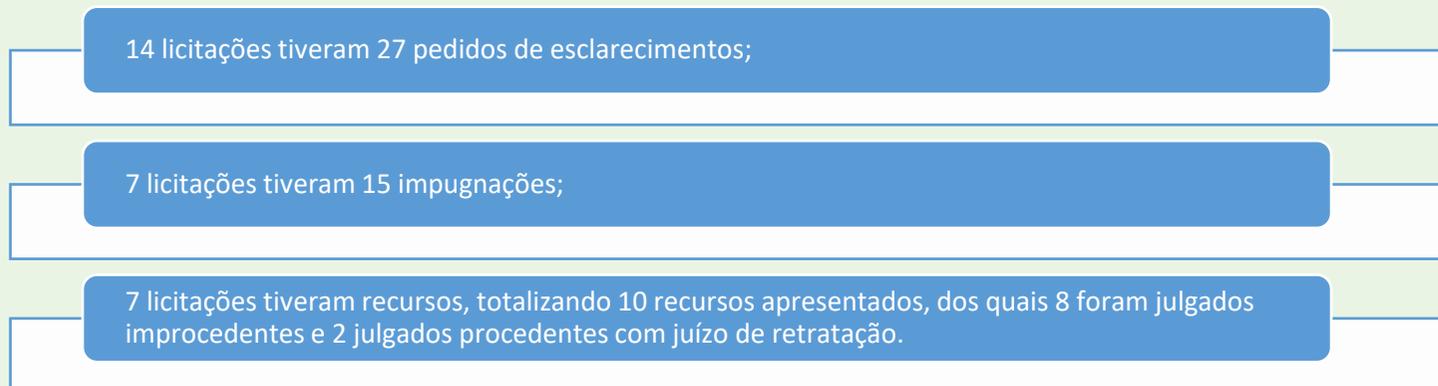
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, POR MODALIDADE	Nº	OBJETO	COM SRP / SEM SRP	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR ADJUDICADO	QUANT. RECURSO/RESULTADO	QUANT. ESCLARECIMENTO	QUANT. IMPUGNAÇÃO
Pregão Eletrônico	1	Aquisição de Mobiliário	com SRP	R\$9.884.153,71	R\$8.318.260,00	-	1	-
Pregão Eletrônico	2	Serviço de agenciamento de viagens	sem SRP	R\$445.750,61	FRACASSADA	-	1	1
Pregão Eletrônico	3	Aquisição de Uniforme de Segurança	com SRP	R\$68.909,28	R\$30.048,00	-	1	-
Pregão Eletrônico	4	Serviço de Manutenção Ar condicionado	sem SRP	R\$283.897,65	R\$283.897,65	-	-	-
Pregão Eletrônico	5	Aquisição de Raquetes e Portal de Segurança	com SRP	R\$121.874,25	R\$88.740,00	-	1	1
Pregão Eletrônico	6	Serviço de instalação de usina fotovoltaica	com SRP	R\$5.947.375,25	R\$3.512.196,00	2 - IMPROCEDENTE	3	2
Pregão Eletrônico	7	Aquisição e aplicação de Vacina Influenza	sem SRP	R\$95.350,50	R\$56.416,50	-	-	-
Pregão Eletrônico	8	Aquisição de Material de Higiene, Limpeza, Produtos Químicos e EPI's	com SRP	R\$785.747,12	R\$458.606,20	1 - JUIZO DE RETRATAÇÃO	-	-
Pregão Eletrônico	9	Aquisição de Materiais copa-cozinha	com SRP	R\$117.242,65	R\$178.592,10	-	-	-
Pregão Eletrônico	10	Aquisição de Impressos	com SRP	R\$1.084.477,90	R\$574.862,60	-	3	-
Pregão Eletrônico	11	Serviço de Limpeza Capital	sem SRP	R\$2.147.549,20	R\$1.869.997,90	-	1	-
Pregão Eletrônico	12	Aquisição de Copos-canecas e outros	com SRP	R\$449.072,00	R\$401.550,00	-	1	-
Pregão Eletrônico	13	Serviço de Manutenção Ar condicionado VRF	sem SRP	R\$252.408,00	R\$932.999,76	1 - IMPROCEDENTE	3	3
Pregão Eletrônico	14	Serviço de agenciamento de viagens	sem SRP	R\$385.206,99	R\$337.248,72	-	2	-
Pregão Eletrônico	15	Aquisição de Equipamento Inspeção de Carga e Bagagens de mão por Raio X	com SRP	R\$291.830,00	R\$145.915,00	-	-	3
Pregão Eletrônico	16	Serviço Ginástica, Massagem, RGP e Avaliação Nutricional	com SRP	R\$187.707,52	R\$94.432,00	1 - JUIZO DE RETRATAÇÃO	-	-
Pregão Eletrônico	17	Aquisição de Veículo Elétrico	sem SRP	R\$138.631,17	R\$138.583,33	-	-	-
Pregão Eletrônico	18	Serviço de Coffee-break	sem SRP	R\$323.024,50	R\$247.990,00	-	-	-
Pregão Eletrônico	19	Serviço de agenciamento de viagens (Emissão)	sem SRP	R\$1.258.793,00	R\$949.129,92	1 - IMPROCEDENTE	1	-
Pregão Eletrônico	20	Serviço de Backup Renovação TIC	com SRP	R\$1.256.986,31	R\$1.200.000,00	-	-	-
Concorrência	21	Serviço de Construção da Nova Sede	sem SRP	R\$129.855.385,23	DESERTA	-	4	3
Concorrência	22	Serviço de Terraplanagem	sem SRP	R\$9.809.167,40	R\$6.962.098,65	2 - IMPROCEDENTE	2	2

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, POR MODALIDADE	Nº	OBJETO	COM SRP / SEM SRP	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR ADJUDICADO	QUANT. RECURSO/RESULTADO	QUANT. ESCLARECIMENTO	QUANT. IMPUGNAÇÃO
Concorrência	23	Serviço de Ampliação e Reforma FÓRUM ELEITORAL	sem SRP	R\$650.000,00	599.998,00	2 - IMPROCEDENTE	-	-
Concorrência	24	Serviço de construção do Edifício Garagem	sem SRP	R\$18.243.622,35	SUSPENSA	-	3	-
Dispensa Eletrônica	3	Aplicativo ZOOM	Não se aplica	R\$36.221,52	R\$34.824,00	-	-	-
Dispensa Eletrônica	4	Jornal local	Não se aplica	R\$13.631,45	R\$11.613,00	-	-	-
Dispensa Eletrônica	5	Material de Consumo - Farmacológicos	Não se aplica	R\$56.097,57	R\$21.354,10	-	-	-
Dispensa Eletrônica	6	Aquisição de áudio e mídia	Não se aplica	R\$16.630,13	R\$11.199,15	-	-	-
Dispensa Eletrônica	7	Banco de Imagens	Não se aplica	R\$13.626,33	R\$4.108,43	-	-	-
Dispensa Eletrônica	25	Aquisição de Bens Permanentes	Não se aplica	R\$19.440,00	R\$9.687,99	-	-	-
Dispensa Eletrônica	27	Material Hospitalar	Não se aplica	R\$24.083,43	R\$14.012,28	-	-	-
Dispensa Eletrônica	28	Aquisição de Bens Permanentes (Maca poltrona)	Não se aplica	R\$ 10.256,93	R\$9.000,85	-	-	-
Dispensa Eletrônica	29	Material Hospitalar	Não se aplica	R\$586,02	DESERTA	-	-	-
Dispensa Eletrônica	30	Aquisição de Livros	Não se aplica	R\$31.184,78	R\$26.562,63	-	-	-
Dispensa Eletrônica	31	Aquisição de Equipamento de Audiovisual	Não se aplica	R\$28.446,61	R\$15.488,17	-	-	-

QUANTIDADES DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIOS, POR MODALIDADE

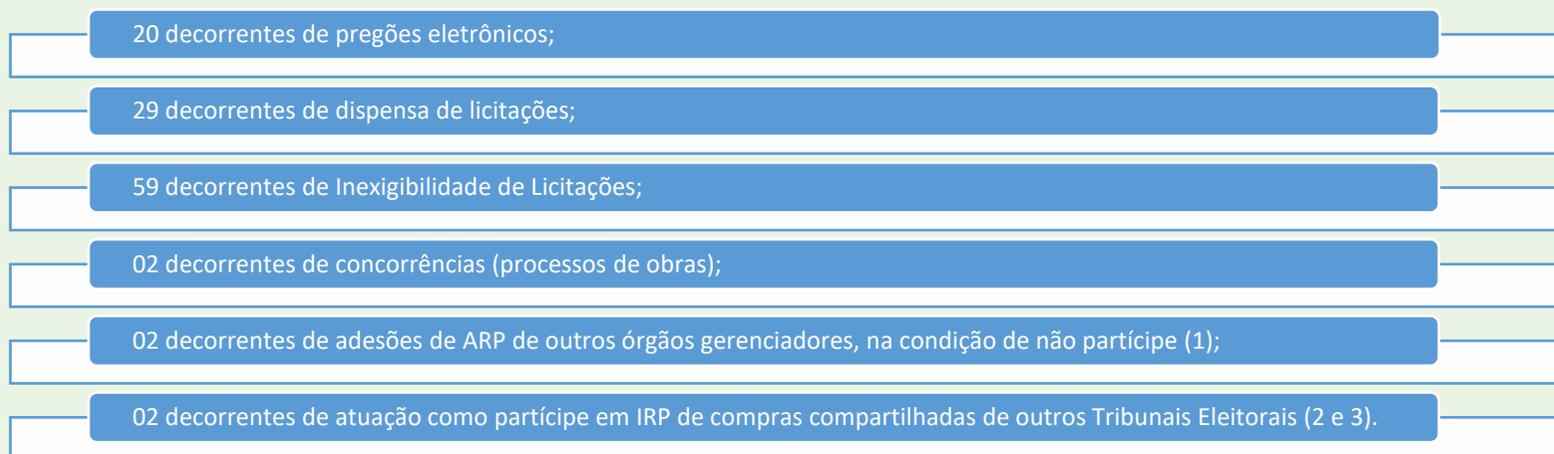


Ocorrências registradas:



Quantidade de contratações realizadas

Em 2023 foram realizadas 114 contratações, sendo 110 originadas no TRE-RO, assim distribuídas (origem):



(1) – O TRE-RO aderiu à ARP nº 15/2023, da CENTRAL DE COMPRAS, da SECRETARIA DE GESTÃO E INOVAÇÃO do Poder Executivo Federal, para aquisição de caminhonetes, no valor total de R\$ 1.132.450,00, conforme consta nos autos do proc. administrativo 0002264-25.2023.6.22.8000.

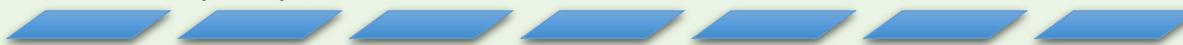
(2) – IRP 29 do TRF da 5ª Região: Proc. SEI 0001672-78.2023.6.22.8000. Licenças de software. Total R\$ 7.362.751,84.

(3) – IRP 41 do TRE-SP: Proc. SEI 0001080-34.2023.6.22.8000. Aquisição de computadores. Total R\$ 1.660.000,00. A licitação resultou em redução do valor para R\$ 736.210,00. Executado.

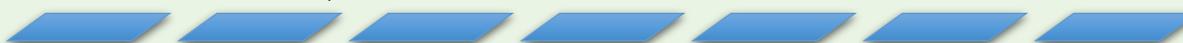
Das contratações compartilhadas

Durante o ano de 2023 o TRE-RO publicou 12 Intenções de Registro de Preços, para manifestação de interesse de outros órgãos para participarem do processo licitatório aberto por este Tribunal, tendo como resultado:

2 IRPs obtiveram retornos positivos para participações de interessados, sendo que **3 órgãos atuaram como partícipe;**



2 contratações decorrentes de atuação como partícipe em IRP de compras compartilhadas de outros Tribunais Eleitorais;



Dentre os 110 contratos celebrados em 2023 pelo TRE-RO, 4,54% (quatro, vírgula, cinquenta e quatro por cento) foram compartilhados com outros órgãos.

Dos Critérios de sustentabilidade nas contratações:

Em atendimento a normas diversas, tais como Resolução CNJ 400/2021, Lei 12.305/2010, Lei n. 8.723/93, Resolução CONAMA n. 16/1993, Portaria IBAMA n. 85/1996, os Projetos Básicos e Termos de Referências foram elaborados com inclusão de algum critério de sustentabilidade. Dessa forma, 95,61% das contratações realizadas em 2023 incluíam critério (s) de sustentabilidade, conforme a seguir detalhado:

27 contratos exigiram efetivamente o cumprimento de critérios sustentabilidade (ex: licença ambiental para operação, aquisição de material e ou prestação de serviços para promoção da sustentabilidade, cadastro técnico federal junto ao IBAMA, reutilização do material inservível, logística reversa após o uso do material ou reaproveitamento das embalagens, eficiência energética, Ação de conscientização por meio de capacitações e palestras a servidores em sustentabilidade, Ação de conscientização por meio de capacitações e palestras a servidores em sustentabilidade);

63 contratos exigiram que a documentação fornecida pela empresa durante a execução contratual se restringisse ao formato digital, sem necessidade de impressões com uso indevido de papéis, cartuchos de tintas e energia elétrica;

19 contratos recomendaram às contratadas que os materiais utilizados fossem constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, em atendimento às normas da ABNT, INMETRO, ANVISA, etc;

05 contratos não incluíram critérios de sustentabilidade quando da elaboração dos artefatos da fase de planejamento da contratação.

Instrumentos contratuais (e congêneres) e alterações contratuais registradas em 2023:

Acordo de cooperação técnica	1
Apostila	6
Ata de registro de preços - ARP	44
Carta-contrato	2
Contrato assinado em 2023	42
Contrato vigente em janeiro/2024	72
Convênio	1
Nota de Empenho em substituição ao contrato (Art. 95, lei 14.133/202)	199
Termo aditivo	46
Termo de cessão e permissão de uso	1
Termo de rescisões contratuais	4

Aplicação de Penalidades por descumprimento contratual, com registro no SICAF

A aplicação da penalidade ocorre somente após o regular processo de apuração da responsabilidade, formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

01 Multa punitiva - Art. 87, II, da Lei 8666/93

Plano de Contratações Anual - PCA

Em observância às diretrizes na Resolução CNJ n. 347/2020, da Resolução TSE n. 23.702/202 e da Resolução TRE-RO n. 42/2023, que dispõe sobre a política de governança das contratações do âmbito deste Tribunal, anualmente elabora-se e executa-se o Plano de Contratações Anual – PCA, um dos principais instrumentos de governança da gestão das contratações. No exercício de 2023, o índice de aderência ao PCA foi de 75%, conforme demonstrado nos dados a seguir:

CONTRATAÇÕES PLANEJADAS - 2023	87
CONTRATAÇÕES PLANEJADAS E REALIZADAS	65
CONTRATAÇÕES PLANEJADAS E NÃO REALIZADAS	22
CONTRATAÇÕES REALIZADAS E NÃO PLANEJADAS	20
ÍNDICE DE ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO - ÍNDICE DE ADERÊNCIA	75%

EXECUÇÃO DO PCA 2023



Estrutura – Fornecimento de materiais de consumo e bens permanentes Resumo de Movimentação Anual de Almoxarifado

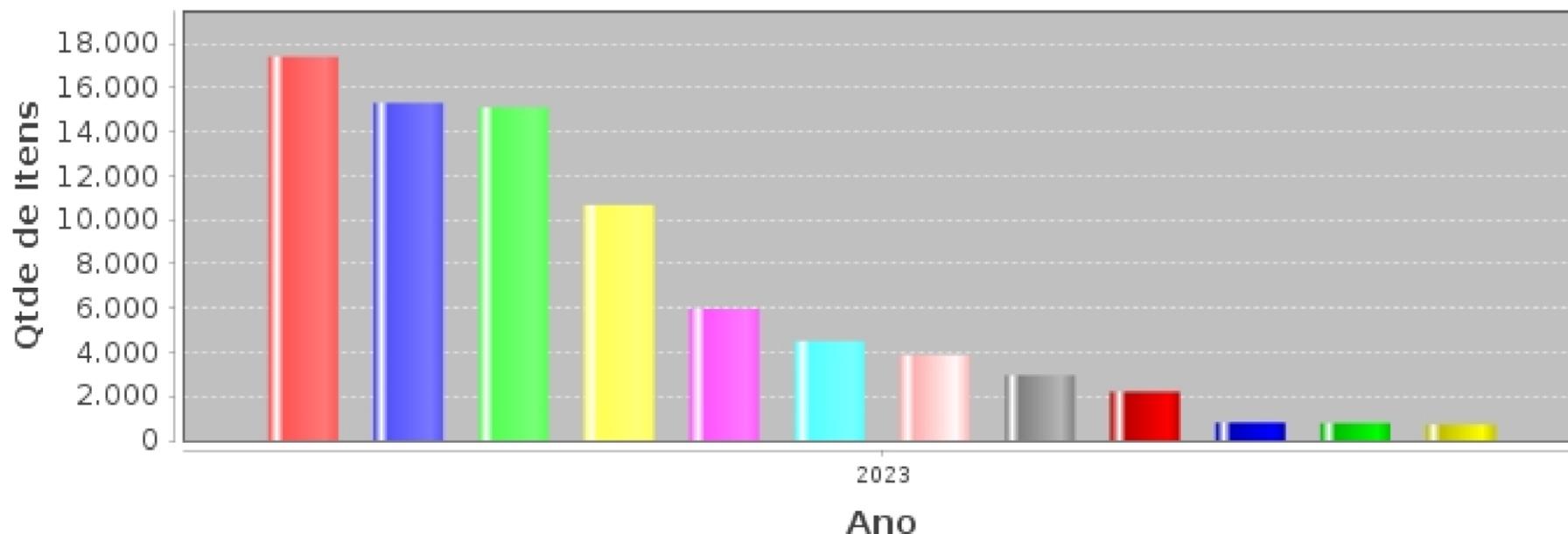
U.G.: 070024 - TRE-RO

Referência: Ano de 2023

CONTA	SALDO ANTERIOR R\$	ENTRADAS R\$		SAÍDAS R\$	SALDO ATUAL R\$
		ORÇAMENT.	EXTRAORÇAM.		
115610101 - COMBUSTÍVEIS E LUBRIF. AUTOMOTIVOS	0,00	139.202,68	0,00	139.202,68	0,00
115610103 - COMBUSTÍVEIS E LUB. P/ OUTRAS FINAL	0,00	40,00	0,00	40,00	0,00
115610104 - GÁS ENGARRAFADO	0,00	9.770,00	0,00	9.770,00	0,00
115610107 - GENEROS DE ALIMENTAÇÃO	38.488,31	77.565,48	31,04	90.806,92	25.277,91
115610109 - MATERIAL FARMACOLÓGICO	0,00	73.313,84	0,00	73.313,84	0,00
115610111 - MATERIAL QUÍMICO	1.259,24	5.536,80	15,52	3.147,73	3.663,83
115610115 - MAT. P/ FESTIVIDADES E HOMENAGENS	0,00	63.034,45	0,00	63.034,45	0,00
115610116 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	263.413,84	21.810,58	455,00	34.386,86	251.292,56
115610117 - MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	968.892,67	113.235,77	950.962,56	462.513,78	1.570.577,22
115610119 - MATERIAL DE ACONDIC. E EMBALAGEM	120.021,02	51.787,81	500,34	54.744,60	117.564,57
115610121 - MATERIAL DE COPA E COZINHA	47.888,06	37.481,59	218,86	53.024,77	32.563,74
115610122 - MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. HIGIEN.	181.222,86	133.398,88	151.441,04	250.921,10	215.141,68
115610123 - UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	0,00	15.860,98	0,00	15.860,98	0,00
115610124 - MAT. P/ MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	13.558,69	153.872,64	0,00	155.186,23	12.245,10
115610125 - MAT. P/ MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	7.552,06	0,00	7.552,06	0,00
115610126 - MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	137.150,35	10.807,91	6.205,47	31.853,60	122.310,13
115610128 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	121.124,86	3.329,27	3.911,56	54.818,82	73.546,87
115610129 - MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	12.003,55	4.827,89	2.385,50	6.571,15	12.645,79
115610131 - SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS, INSUMOS	0,00	3.346,00	0,00	3.346,00	0,00
115610136 - MATERIAL HOSPITALAR	0,00	10.537,51	0,00	10.537,51	0,00
115610139 - MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	0,00	103.853,67	0,00	103.853,67	0,00
115610141 - MATERIAL DE UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA	1.259,00	0,00	0,84	6,25	1.253,59
115610142 - FERRAMENTAS	1.082,65	847,15	103,84	890,15	1.143,49
115610144 - MATERIAL DE SINALIZAÇÃO	9.201,48	13.462,86	0,00	13.511,40	9.152,94
115610146 - MATERIAL BIBLIOGRÁFICO NÃO IMOBILIZÁVEL	0,00	43.537,70	0,00	43.537,70	0,00
115610150 - BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	13.687,99	2.064,00	0,00	7.205,71	8.546,28
115610159 - MATERIAL PARA DIVULGAÇÃO	3.994,56	32.449,91	67,02	33.625,53	2.885,96
TOTAL:	1.934.249,13	1.132.527,43	1.116.298,59	1.723.263,49	2.459.811,66

Valor total de aquisição/entrada de material em 2023, por tipo.	
Tipo de Movimento:	Valor:
Processos licitatórios	R\$ 1.042.192,97
SUPRIMENTO DE FUNDOS	R\$ 90.334,46
Entrada extra orçamentária - TSE	R\$ 394.184,12
Total:	1.132.527,43

Gráfico da Distribuição das Aquisições - Por Conta Contábil



- MATERIAL FARMACOLÓGICO
- MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. HIGIEN.
- MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS
- GENEROS DE ALIMENTAÇÃO
- MAT. P/ MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS
- MATERIAL DE COPA E COZINHA
- MATERIAL DE EXPEDIENTE
- MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO
- MATERIAL HOSPITALAR
- MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA
- MATERIAL DE ACONDIC. E EMBALAGEM
- MATERIAL QUÍMICO

Materiais permanentes

Unidade Gestora: 070024 - TRE-RO - TRE-RO

Referência: jan/2023 a dez/2023

Tipo de Movimento	Quantidade	Valor Bruto Atual
ENTRADA DE BEM PRÓPRIO – COMPRA – aquisição de móveis e equipamentos	1.675	6.830.599,85
ENTRADA DE BEM PRÓPRIO - COMPRA EXTRA ORÇAMENTÁRIA – Urnas Eletrônicas modelo 2022	3.000	17.895.450,00
ENTRADA DE BEM PRÓPRIO – TRANSFERÊNCIA de Urnas Eletrônica para o TRE-AM	162	196.291,38
Tipo de Movimento	Quantidade	Valor Bruto Atual

Demonstrativo Patrimonial - Consolidado (Valor de Aquisição)

Unidade Gestora: 070024 - TRE-RO - TRE-RO

Referência: JAN/2023 A DEZ/2023

Conta	Saldo Anterior		Qt.	Entradas		Qt.	Saídas		Saldo Atual	
	Qt.	Valor		Valor	Valor		Qt.	Valor	Qt.	Valor
123110101 - APARELHOS DE MEDIÇÃO	52	40.533,29	3	11.100,00	2	3,00	53	51.630,29		
123110102 - APARELHOS E EQUIP. DE COMUNICAÇÃO	501	297.889,49	12	14.267,52	7	628,72	506	311.528,29		
123110103 - APAR. EQUIP. MED. ODONT. LAB. HOSP.	73	124.114,52	1	9.000,85	0	0,00	74	133.115,37		
123110105 - EQUIP. PROTECAO SEGURANCA E SOCORRO	238	124.473,21	40	171.734,58	2	721,21	276	295.486,58		
123110106 - MAQ.E EQUIP. DE NATUREZA INDUSTRIAL	2	1.692,40	0	0,00	0	0,00	2	1.692,40		
123110107 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	248	647.958,06	1	500,00	17	266.969,56	232	381.488,50		
123110108 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	2	290,00	0	0,00	0	0,00	2	290,00		
123110109 - MAQ. FERRAM. E UTENS. DE OFICINA	59	54.320,70	0	0,00	8	120,15	51	54.200,55		
123110112 - ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	19	74.329,84	0	0,00	1	3.649,00	18	70.680,84		
123110121 - EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELETRIC.	7	21.848,25	0	0,00	0	0,00	7	21.848,25		
123110125 - MAQ. UTENSILIOS E EQUIP. DIVERSOS	1370	217.170,91	19	25.300,00	26	1.648,39	1363	240.822,52		
123110201 - EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	9702	22.278.730,21	3748	21.697.621,61	850	1.606.288,93	12600	42.370.062,89		
123110301 - APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	396	770.817,53	91	337.199,08	26	23.484,04	461	1.084.532,57		
123110302 - MAQ. INST. UTENSILIOS DE ESCRITORIO	46	110.728,35	0	0,00	1	23,32	45	110.705,03		
123110303 - MOBILIÁRIO EM GERAL	5832	4.418.453,18	546	1.025.739,32	256	58.208,89	6122	5.385.983,61		
123110402 - COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	2792	215.073,25	0	0,00	15	433,22	2777	214.640,03		
123110405 - EQUIPAMENTOS P/ AUDIO VIDEO E FOTO	305	465.727,16	16	59.504,00	10	1.111,61	311	524.119,55		
123110406 - OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA MUSEU	16	12.155,02	0	0,00	0	0,00	16	12.155,02		
123110501 - VEÍCULOS DIVERSOS	47	98.762,38	0	0,00	1	7,61	46	98.754,77		
123110503 - VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	38	3.566.081,07	6	1.298.350,00	2	141.800,00	42	4.722.631,07		
123110801 - ESTOQUE DE MATERIAL	0	0,00	4837	24.922.341,23	4837	24.922.341,23	0	0,00		
123110900 - ARMAMENTOS	0	0,00	5	45.600,33	0	0,00	5	45.600,33		
123119907 - BENS EM PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO	0	0,00	385	28.055,73	1	39,20	384	28.016,53		
123119909 - PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	955	318.297,34	317	76.003,14	26	2.636,56	1246	391.663,92		
124110101 - SOFTWARES COM VIDA ÚTIL DEFINIDA	958	2.733.546,61	0	0,00	0	0,00	958	2.733.546,61		
124110201 - SOFTWARES COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA	1225	4.293.600,13	34	150.960,00	0	0,00	1259	4.444.560,13		
TOTAL UG	24883	40.886.592,90	10061	49.873.277,39	6088	27.030.114,64	28856	63.729.755,65		
Total Geral	24883	40.886.592,90	10061	49.873.277,39	6088	27.030.114,64	28856	63.729.755,65		

DESDOZAMENTO DE BENS

Doações de materiais realizadas em 2023

Resumo Contábil - Baixa por motivo de doação - 2023.				
Conta	Quantidade	Total	Destinatário:	Processo SEI
115610121 - MATERIAL DE COPA E COZINHA	6.563	11.845,64	CNPJ 05.429.264/0001-89 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA JUSTIÇA FEDERAL EM RONDÔNIA - JF/RO	0001573-11.2023.6.22
115610117 - MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	8	1.419,43	CNPJ n. 51.328.352/0001- 01 - Centro Espirita Casa Verde	0000443-83.2023.6.22
		13.265,07		

ALIENAÇÃO DE BENS

PROCESSO	ENTIDADE	REQUERIMENTO / OFÍCIO	DATA DO REQUERIMENTO	ÓRGÃO PÚBLICO / ASSOCIAÇÃO	MATERIAL SOLICITADO	RECEBEU DOAÇÃO	DATA	Autorização
0002103-49.2022.6.22.8000	Núcleo de Apoio a Criança com Câncer - NACC	Ofício n.º 33/2022 (0865168)	20/07/2022	Organização CIVIL Privada sem fins lucrativos	Doação de Materiais diversos (Informática e mobílias)	Sim	25/08/2023	DESPACHO Nº 979 / 2023 - PRES/DG/GABDG (1050669)
0003635-58.2022.6.22.8000	Penitenciária Estadual Jorge Thiago Aguiar Afonso(603)-SEJUS/RO	Ofício nº 24130/2022/SEJU S-PEJTAA (0957210)	22/11/2022	Órgão público Estadual	Eletrônico: Ar-Condicionado	Sim	22/08/2023	DESPACHO Nº 979 / 2023 - PRES/DG/GABDG (1050669)
0000130-25.2023.6.22.8000	Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Rondônia - ASDEVRON	Ofício nº 002/ASDEVRON (0967663)	11/01/2023	Organização CIVIL Privada sem fins lucrativos	Equipamento Informática (Computadores e outros)	Sim	22/08/2023	DESPACHO Nº 979 / 2023 - PRES/DG/GABDG (1050669)
0000210-86.2023.6.22.8000	Associação de Desenvolvimento de Habilidades e Competências de Crianças e Adultos - ADHCCA	Ofício nº 006/2023 (0971073)	24/01/2023	Organização CIVIL Privada sem fins lucrativos	Doação de Materiais diversos (Informática e mobílias)	Sim	25/08/2023	DESPACHO Nº 979 / 2023 - PRES/DG/GABDG (1050669)
0000492-27.2023.6.22.8000	Associação de Pais e Amigos de Rondônia - AMA-RO	Ofício nº 113/2023/AMA (0987163)	13/03/2023	Organização Civil Privada sem fins lucrativos	Doação de bens servíveis, inservíveis, antieconômicos, móveis, eletrônicos, veículos e materiais para descarte ou quaisquer outros objetos	Sim	25/08/2023	DESPACHO Nº 979 / 2023 - PRES/DG/GABDG (1050669)
0000700-11.2023.6.22.8000	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE Candeias - RO	Ofício nº 016/APAE/2023 (0997673)	21/03/2023	Organização CIVIL Privada sem fins lucrativos	Doação de móveis em geral (mesas para reunião, mesas para escritórios, cadeiras, armários, arquivos e outros), equipamentos eletrônicos (computadores, notebook, extensões, máquina fotográfica, televisores, impressoras, caixa de som e outros)	Sim	25/08/2023	DESPACHO Nº 979 / 2023 - PRES/DG/GABDG (1050669)
0000670-73.2023.6.22.8000	Instituto Candelária de Porto Velho - ICPV/RO	Ofício nº 022/2023/ICPV/RO (0995557). Ofício nº 23/2023/ICPV/RO (0995563)	28/03/2023	Organização CIVIL Privada sem fins lucrativos	Doações de Kit de Informática e Móveis	Sim	30/08/2023	DESPACHO Nº 979 / 2023 - PRES/DG/GABDG (1050669)

ALIENAÇÃO DE BENS

PROCESSO	ENTIDADE	REQUERIMENTO / OFÍCIO	DATA DO REQUERIMENTO	ÓRGÃO PÚBLICO / ASSOCIAÇÃO	MATERIAL SOLICITADO	RECEBEU DOAÇÃO	DATA	Autorização
<u>0001245-81.2023.6.22.8000</u>	Sociedade Beneficente dos idosos, Famílias e Crianças Carentes de Rondônia – SOBIFACC.	Ofício n.º 001/2023 – SOBIFACC	03/07/2023	Organização CIVIL Privada sem fins lucrativos	Doação de móveis em geral (mesas para reunião, mesas para escritórios, cadeiras, armários, arquivos e outros), equipamentos eletrônicos (computadores, notebook, extensões, máquina fotográfica, televisores, impressoras, caixa de som e outros)	Sim	22/08/2023	DESPACHO Nº 979 / 2023 - PRES/DG/GABDG (1050669)
0001063-95.2023.6.22.8000	Associação dos Produtores e Produtoras Rurais e Preservacionista Nova Aliança Vale do Sol - ASPRONA	Requerimento (1019382)	30/03/2023	Organização CIVIL Privada sem fins lucrativos	Doação de móveis em geral (mesas para reunião, mesas para escritórios, cadeiras, armários, arquivos e outros), equipamentos eletrônicos (computadores, notebook, extensões, máquina fotográfica, televisores, impressoras, caixa de som e outros)	Sim	22/08/2023	DESPACHO Nº 979 / 2023 - PRES/DG/GABDG (1050669)
0000988-56.2023.6.22.8000	Associação dos Surdos de Porto Velho (ASPVH)	Ofício nº 009/2023	23/05/2023	Organização CIVIL Privada sem fins lucrativos	Doação de móveis em geral (mesas para reunião, mesas para escritórios, cadeiras, armários, arquivos e outros), equipamentos eletrônicos (computadores, notebook, extensões, máquina fotográfica, televisores, impressoras, caixa de som e outros)	Sim	22/08/2023	DESPACHO Nº 979 / 2023 - PRES/DG/GABDG (1050669)

ALIENAÇÃO DE BENS

PROCESSO	ENTIDADE	REQUERIMENTO / OFÍCIO	DATA DO REQUERIMENTO	ÓRGÃO PÚBLICO / ASSOCIAÇÃO	MATERIAL SOLICITADO	RECEBEU DOAÇÃO	DATA	Autorização
0000443-83.2023.6.22.8000	Casa Verde Seara de Jesus	Ofício nº 009/2023/CV (1012935)	18/05/2023	Organização CIVIL Privada sem fins lucrativos	Copos descartáveis	Sim	01/06/2023	DESPACHO Nº 444 / 2023 - PRES/DG/GABDG (1003284)
0001306-49.2023.6.22.8029	4788,51	Relatório Nº 1/2023 - CRE/GAB29ª ZE/29ª ZE	28/04/1902	Organização CIVIL Privada sem fins lucrativos	Álcool em gel	Sim	29/09/2023	DESPACHO Nº 1110 / 2023 - PRES/DG/GABDG (1063277)
0001718-67.2023.6.22.8000	Companhias de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD de Porto Velho	Ofício nº 783/2023jCAERD-DTO (1057658)	25/08/2023	Órgão público Estadual	*01 Trafo (transformador) a SECO de 13.8 kV > 380 V; *01 Autotransformador de 380 V > 220 V; *02 Quadros Gerais de Distribuição de Baixa Tensão; *01 Banco de Capacitores; e *01 Disjuntor de média tensão à óleo.	Sim	29/09/2023	DESPACHO Nº 1103 / 2023 - PRES/DG/GABDG (1062964)
0001573-11.2023.6.22.8000	Seção Judiciária da Justiça Federal em Rondônia - JF/RO	OFÍCIO SJRO-SECAD 117/2023 (1049788)	15/08/2023	Órgão público Federal		Sim	20/10/2023	DESPACHO Nº 1047 / 2023 - PRES/DG/GABDG (1058359)

0001016-24.2023.6.22.8000 - Desfazimento de bens inservíveis das Zonas Eleitorais do Interior - 2023

ZONA ELEITORAL	PROCESSO	ENTIDADE	REQUERIMENTO/ OFÍCIO	DATA DO REQUERIMENTO	ÓRGÃO PÚBLICO / ASSOCIAÇÃO	MATERIAL SOLICITADO	RECEBEU DOAÇÃO	DATA
9ª	0002160-40.2022.6.22.8009	Associação de Assistência aos Condenados - A.A.C	Ofício nº 22/AAC/2023	11/01/2023	Organização Civil Privada sem fins lucrativos	Mobílias	Sim	23/02/2023
9ª	0002160-40.2022.6.22.8009	Casa de Detenção de Pimenta Bueno	Ofício nº 026/2023/CDPB/SEJUS/RO (1011889)	19/01/2023	Órgão público - Estadual	Mobílias	Sim	23/02/2023
13ª	0000774-26.2023.6.22.8013	Delegacia de Polícia Civil (UNISP) de Ouro Preto do Oeste-RO	Informação Nº 11/2023 - CRE/GAB13ª ZE/13ª ZE (1001766)	24/04/2023	Órgão público - Estadual	Mobílias	Sim	14/09/2023
12ª	0001277-50.2023.6.22.8012	Associação do Asilo São Vicente de Paulo e Casa Lar	Informação Nº 14/2023 - CRE/GAB12ª ZE/12ª ZE (1032424)	10/07/2023	Organização Civil Privada sem fins lucrativos	Mobílias	Sim	07/08/2023
12ª	0001277-50.2023.6.22.8012	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	Informação Nº 14/2023 - CRE/GAB12ª ZE/12ª ZE (1032424)	10/07/2023	Organização Civil Privada sem fins lucrativos	Mobílias	Sim	07/08/2023
12ª	0001277-50.2023.6.22.8012	Associação Amor Motivação Orgulho Respeito - AMORE	Informação Nº 14/2023 - CRE/GAB12ª ZE/12ª ZE (1032424)	10/07/2023	Organização Civil Privada sem fins lucrativos	Mobílias	Sim	07/08/2023
29ª	0001210-34.2023.6.22.8029	Prefeitura Municipal de Rolim de Moura	Ofício Nº. 2023 (1040513)	26/07/2023	Órgão público - Municipal	Mobílias	Sim	09/08/2023

Repositório Arquivístico Digital Confiável - RDC-Arq

Em 2023, foi implantado o Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), utilizando-se o sistema gratuito, livre e de código aberto *Archivematica*, e, ainda, o sistema *AtoM*, objetivando a preservação e o acesso de longo prazo aos documentos digitais de forma confiável, autêntica e segura.

É consultável a disponibilização de centenas de documentos históricos do TRE-RO no RDC-Arq em <http://atom.tre-ro.jus.br/index.php>

Descartes de Documentos Físicos

Descartados cerca de 632kg, 500g de papéis fragmentados pela equipe do Arquivo Central.

Os processos são triturados de maneira que não será possível identificar as informações dos documentos, em observância à Lei Geral de Proteção de Dados, bem como as diretrizes de sustentabilidade e preservação ambiental, pois todo o material é destinado à reciclagem.

Fonte: SEI n. 0001039-09.2019.6.22.8000

Exposição Participação Cidadã nas Eleições 2022

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) realizou no dia 10 de maio de 2023, a exposição “Participação Cidadã Eleições 2022”, em comemoração ao Dia da Memória do Poder Judiciário.

O dia 10 de maio foi instituído como o Dia da Memória do Poder Judiciário pela Resolução CNJ n. 316/2020 e tem por objetivo preservar a memória da Justiça e, conseqüentemente, contribuir para a conservação da história da sociedade brasileira.

Essa ação fez parte da programação da 21ª Semana Nacional de Museus coordenada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e destacou o compromisso da Justiça Eleitoral em Rondônia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

A exposição foi composta por fotografias, textos explicativos e dados estatísticos que representam eventos e ações realizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia nas Eleições 2022 sobre diversos temas, destacando o dia das eleições; a auditoria das urnas; a representatividade feminina, indígenas e de negros; a acessibilidade; e sustentabilidade e responsabilidade social.

Veja aqui, o catálogo eletrônico dos [Totens](#) e [Painéis](#) da Exposição "Participação Cidadã nas Eleições 2022".

Revistas de Jurisprudência, Informativos Biblinforme e E-Books

Visando a sedimentação e difusão da jurisprudência, o TRE-RO publica a seleção de julgados que compõem publicações como a Revista de Jurisprudência do TRE-RO e o Informativo Biblinforme.

A Revista, de periodicidade anual, compila os julgados paradigmas e relevantes exarados pela Corte, apresentando decisões sobre temas afetos ao processo eleitoral, sobretudo os relativos a abuso de poder econômico, político e dos meios de comunicação, condições de elegibilidade e inelegibilidade, uso de recurso públicos por partidos políticos e candidatos, captação ilícita de votos, dentre outros.

O Informativo Biblinforme, por sua vez, contém indicação de artigos e obras sobre os diversos ramos do direito e decisões judiciais relativas à matéria eleitoral, temas relacionados às relações de trabalho, saúde coletiva, bem-estar, além de dicas culturais, com indicação de links para acesso a obras consagradas de nossa literatura.

Com enfoque na produção da narrativa acerca da história do Poder Judiciário e na busca da consolidação da imagem institucional, foram produzidos e-books contendo registros das principais solenidades e manifestações dos Membros da Corte.

Livro Como Sentinelas Avançadas

Em 2023 a Comissão de Memória Eleitoral concluiu a 3ª edição do livro, resgatando diversos fatos e acontecimentos históricos anteriores a criação do Tribunal, bem como atualização de uma década sobre a edição anterior de 2013.

Legislação Compilada

Importante mencionar a atualização do Serviço de Legislação Compilada. O serviço permite o fácil acesso a todos os atos normativos do Tribunal e às suas atualizações, de modo que tão logo editados estejam disponíveis para consulta na página do TRE-RO.

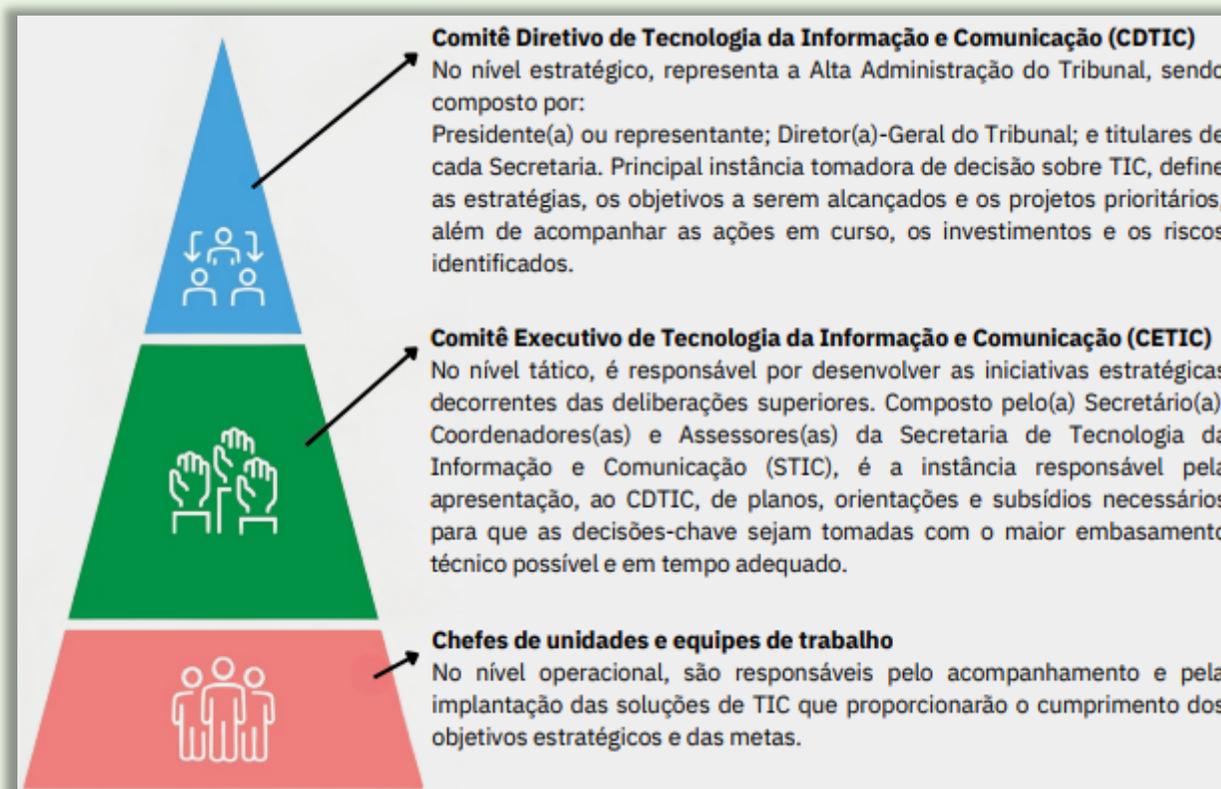
Biblioteca Física e Digital

Como principal ação para difusão do conhecimento foram adquiridos para a biblioteca física do Tribunal o total de 160 livros das áreas de interesse dos serviços inerentes ao Tribunal.

Os serviços da biblioteca digital foram disponibilizados aos magistrados e servidores para acessos a plataforma digital da Editora Saraiva, JUSBRASIL, além de publicações de boletins e revistas da área administrativa da Editora Governet e Revista JML.

Modelo de Governança de TIC

As estruturas para a tomada de decisões e para o adequado e eficiente uso da tecnologia da informação e comunicação no âmbito do TRE-RO são definidas na Resolução nº 29/2015 e divididas nos níveis estratégico e tático/operacional



Conformidade legal

Para assegurar a conformidade legal em TIC, este Tribunal mantém-se alinhado com as resoluções e orientações do CNJ, bem como com a Resolução TRE-RO nº 29/2015, que estabelece as políticas, as diretrizes e os mecanismos internos de governança e suas estruturas de tomada de decisões. Além disso, faz uso de boas práticas em processos de trabalho e de normas técnicas brasileiras específicas (ABNT/NBR/ISO/IEC) e de *frameworks* reconhecidos internacionalmente (COBIT, ITIL e PMBOK).

Montante de recursos aplicados em TIC

[O detalhamento do volume de recursos, por custeio e investimento, segregado por natureza de despesa pode ser obtido no portal do TRE-RO.](#)

Contratações mais relevantes em relação aos recursos de TIC

 Contrato 8 R\$ 1.610.719,90	 Contrato 22 R\$ 1.992.512,45	 Contrato 24 R\$ 736.210,00
Solução de firewall com software de análise de logs, conexão 2FA para VPN e suporte/garantia.	Aquisição de notebooks e kits de produtividade com garantia de 60 meses.	Aquisição de microcomputadores com monitor, incluindo prestação de assistência técnica do tipo <i>on site</i> .

Todos os demais contratos de tecnologia da informação firmados pelo TRE-RO em 2023 podem ser visualizados em: <https://contratos.comprasnet.gov.br/transparencia/contratos?unidade=TRE-RO>.

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS DESENVOLVIDAS NO PERÍODO

**Objetivo estratégico
(PEI 2021-2026)**

Iniciativa



Transformação Digital

Implantação do Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq)

Aperfeiçoamento da Gestão
Administrativa e da
Governança Judiciária

Implantação de novas funcionalidades e melhorias no sistema Atena (coleta, análise e compartilhamento de informações de processos judiciais)



Fortalecimento da Estratégia
Nacional de TIC e de Proteção
de Dados

Formalização do processo de gerenciamento de problemas

Formalização do processo de gestão de ativos de TIC

Formalização da Política de uso aceitável dos recursos de TIC

Formalização do Processo de Gerenciamento da Capacidade e da Disponibilidade de TIC

Implantação de solução de gerenciamento de acessos privilegiados em computadores servidores e ativos de rede

Implantação de solução de autenticação multifator

Implantação de solução de gestão de ativos de TIC



Desafios para os próximos exercícios

- Aprimorar a segurança do serviço de autenticação na rede corporativa
- Implementar solução para gestão de vulnerabilidades
- Implementar solução de *Cyberthreat Intelligence*
- Implementar solução de análise estática de código
- Eleger e migrar serviços para a nuvem
- Implementar solução de IA nos processos judiciais
- Revisar os processos de governança e gestão de TIC

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

Atividade de destaques

Acompanhamento da tramitação processual nas zonas eleitorais

O acompanhamento detalhado e sistemático da tramitação processual nas zonas eleitorais é uma prática contínua e fundamental realizada pela Corregedoria. Esse trabalho envolve uma atuação direta junto às zonas eleitorais, baseada na análise dos relatórios estatísticos gerados a partir do banco de dados do Sistema de Estatísticas deste Tribunal - conhecido como ATENA.

Ao estabelecer a análise dos relatórios processuais, a Corregedoria identifica possíveis gargalos ou pontos de melhoria, além de reconhecer e valorizar as práticas que têm contribuído para a efetiva prestação jurisdicional. Essa abordagem permite um diagnóstico das áreas que demandam atenção, possibilitando a implementação de medidas direcionadas para otimizar e agilizar os processos eleitorais.

Assim, a ação da Corregedoria em acompanhar o desenvolvimento das demandas processuais nas zonas eleitorais, aliado à utilização de recursos estatísticos e à colaboração entre os profissionais da Justiça Eleitoral, tem sido um componente vital para assegurar a eficiência, transparência e qualidade na entrega da prestação jurisdicional no âmbito eleitoral. Este processo constante de monitoramento e análise demonstra o empenho em garantir um sistema judiciário eleitoral ágil, responsivo e alinhado às demandas da sociedade.

A Corregedoria Regional Eleitoral de Rondônia está implementando um projeto com o objetivo de reduzir o tempo médio para prolação de sentenças no primeiro grau. A iniciativa visa aprimorar a prestação jurisdicional, solucionar mais rapidamente os conflitos e fortalecer a democracia.

A redução do tempo médio das sentenças no primeiro grau é crucial para garantir uma justiça mais rápida e efetiva. Além disso, a redução do tempo de tramitação dos processos eleitorais é fundamental para a transparência dos pleitos e a pacificação social.

O projeto busca cumprir que, até o final de 2026, as sentenças sejam prolatadas em média, em no máximo 4 meses, após a autuação do processo no sistema PJe.

A evolução da diminuição do tempo médio para prolação de sentenças seguirá a seguinte trajetória:



Dentro do escopo do projeto está o monitoramento do acervo de processos e a redução do tempo médio das sentenças no primeiro grau. O objetivo é cumprir o princípio da razoável duração do processo sem prejudicar a segurança jurídica ou a legitimidade do processo eleitoral.

A expectativa é que, ao final do sexênio 2021/2026, os resultados alcançados possam contribuir na busca por uma justiça mais célere e eficiente.

Núcleo de apoio às zonas eleitorais

No cumprimento das disposições da Portaria-Conjunta n. 2/2023 – PRES/CRE e do Provimento n. 1/2023 – CRE, um projeto inovador de cooperação judiciária foi implementado nas Zonas Eleitorais em Rondônia. Com o prazo final estabelecido em 15 de agosto de 2023, o objetivo primário foi otimizar o processo judiciário e aprimorar a eficiência das unidades jurisdicionais envolvidas.

O projeto, alinhado com os artigos 67 a 69 do Código de Processo Civil, a Resolução n. 350/2020 do Conselho Nacional de Justiça e o princípio da duração razoável do processo estipulado pela Emenda Constitucional n. 45/2004, concentrou esforços nas Zonas Eleitorais em Rondônia, visando a promover maior eficiência na prestação jurisdicional.

Uma das metas centrais do projeto foi a redução do volume de processos judiciais em atraso no 1º grau de jurisdição da Justiça Eleitoral em Rondônia. Esse esforço foi vital para mitigar as taxas de congestionamento nos Cartórios Eleitorais e contribuir para o cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Além disso, houve uma ênfase na uniformização de modelos de documentos para padronização dos atos cartorários e judiciais no PJe, promovendo uma maior consistência nos procedimentos.

A alocação estratégica de servidores foi outra peça-chave nesse processo. Cada Juízo Eleitoral apoiado indicou servidores em quantidade correspondente à metade do número de servidores lotados na respectiva zona eleitoral. Essa estratégia abrangente incluiu tanto os servidores efetivos quanto os requisitados, demonstrando um compromisso sério com a eficiência operacional.

Em um ambiente marcado pela crescente necessidade de flexibilidade, os trabalhos foram realizados de forma remota. A supervisão dos juízes (as) cooperantes foi facilitada por meio de reuniões periódicas por videoconferência e convocação dos membros do grupo. Isso não apenas promoveu a segurança dos envolvidos, mas também demonstrou a adaptabilidade do sistema judiciário diante de desafios.

O cumprimento de prazos foi uma pedra angular do projeto. De acordo com o artigo 5º do Provimento 1/2023, os serventuários foram instruídos a remeter os autos conclusos no prazo de 1 (um) dia e executar os atos processuais em até 5 (cinco) dias. Essa abordagem diligente assegurou que o projeto se mantivesse alinhado com os objetivos estabelecidos. Durante o período de vigência da cooperação judiciária, foram obtidos os resultados abaixo:

1ª Zona Eleitoral:	2ª Zona Eleitoral:	6ª Zona Eleitoral:	19ª Zona Eleitoral:
<ul style="list-style-type: none">•Sentenças: 61•Processos Baixados: 53•Decisões: 0•Despachos: 32•Atos cumpridos: 2.711	<ul style="list-style-type: none">•Sentenças: 21•Processos Baixados: 36•Decisões: 54•Despachos: 22•Atos cumpridos: 905	<ul style="list-style-type: none">•Sentenças: 43•Processos Baixados: 47•Decisões: 10•Despachos: 74•Atos cumpridos: 1.616	<ul style="list-style-type: none">•Sentenças: 176•Processos Baixados: 113•Decisões: 42•Despachos: 37•Atos cumpridos: 4.989

O projeto de cooperação judiciária, conforme delineado na Portaria Conjunta 2/2023 e no Provimento 1/2023, demonstrou ser um catalisador eficaz na agilização dos processos judiciais e na melhoria da prestação jurisdicional nas Zonas Eleitorais envolvidas. Os resultados alcançados ressaltam a importância da cooperação entre as unidades jurisdicionais para a consecução da duração razoável do processo, conforme preconizado pela legislação. A execução do projeto representa um avanço significativo em direção ao fortalecimento da Justiça Eleitoral e ao cumprimento das metas institucionais.

Atuação do núcleo de estatística e gestão estratégica do TRE-RO no Prêmio CNJ de Qualidade 2023

O Prêmio CNJ de Qualidade, instituído em substituição ao antigo Selo Justiça em Números a partir de 2019, tem evoluído ao longo dos anos, incorporando novos critérios e refinando o regulamento da premiação. Organizado em quatro eixos principais – governança, produtividade, transparência, dados e tecnologia –, o prêmio adota uma metodologia de avaliação dos tribunais que analisa políticas judiciais, eficiência, gestão e organização de dados. Dentro de cada segmento do Judiciário, os tribunais são classificados em três categorias: "Diamante", "Ouro" e "Prata", de acordo com seu desempenho e aderência aos critérios estabelecidos.

A Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (CRE/RO), atuando como integrante do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica, apresentou às Zonas Eleitorais os requisitos fundamentais estabelecidos pela Portaria CNJ n. 82, datada de 31 de março de 2023. Esses requisitos foram delineados como critérios de pontuação no Prêmio de Qualidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), especialmente no Eixo Produtividade, abrangendo aspectos da gestão judiciária associados ao cumprimento das Metas Nacionais, agilidade processual e redução do acervo processual.

Nessa iniciativa, além da exposição dos requisitos impostos pela mencionada Portaria, houve a apresentação do desempenho individual de cada unidade ao longo do tempo. Isso possibilitou o acompanhamento do progresso e da consecução dos objetivos para cada item aplicável às Zonas Eleitorais, visando o alinhamento com as diretrizes estabelecidas para o Prêmio de Qualidade do CNJ.

A iniciativa da Corregedoria do TRE-RO, ao disseminar os requisitos da Portaria CNJ nº 82 às Zonas Eleitorais e monitorar seu cumprimento, reforça o compromisso do tribunal com a excelência na gestão judiciária e na busca pela melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade, alinhando-se aos padrões de qualidade estabelecidos pelo Conselho de Justiça.

Participação na implementação do modelo estratégico de gestão de pessoas

O projeto RH Ontime é um Modelo Estratégico de Gestão de Pessoas, gerenciado pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento do TRE-RO, que visa implementar tecnologias de gestão de pessoas para atender às regulamentações e demandas atuais da gestão de recursos humanos no Tribunal.

Portanto, a implementação do RH Ontime é necessária para a melhoria da gestão de recursos humanos no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, ressaltando a necessidade de esforços conjuntos entre as unidades e órgãos superiores para alcançar resultados efetivos.

Nesse sentido, a Corregedoria participa do Projeto como integrante da Comissão para Implementação do Modelo Estratégico de Gestão de Pessoas, por meio de designação da Presidência do TRE-RO (Portaria 55/2023), no ano de 2023 foi apresentada a matriz de versatilidade da Corregedoria. Posteriormente, serão listados os processos, em seguida serão mapeados os processos e rotinas com o procedimento operacional padrão e fluxogramas pertinentes.

Comitê multissetorial para a promoção de políticas públicas judiciais de atenção às pessoas em situação de rua e suas interseccionalidades

A Corregedoria Regional Eleitoral possui representante integrado ao Comitê Multissetorial para a promoção de políticas públicas judiciais direcionadas às pessoas em situação de rua e suas interseccionalidades. Esse comitê é uma resposta direta à Resolução do CNJ n. 425/2021, que estabelece a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua, incumbindo o Poder Judiciário da responsabilidade em auxiliar e orientar a administração regional na implementação dessas diretrizes.

Com base nos dispositivos delineados na referida Resolução, o Comitê ostenta atribuições multifacetadas, visando não somente a gestão e acompanhamento da política nos tribunais, mas também o aprimoramento constante das ações em relação às demandas específicas delineadas no artigo 37. Entre as tarefas designadas ao Comitê, estão a promoção da qualificação e manutenção de dados estatísticos atualizados, a fim de apresentá-los de maneira visual e acessível, além de monitorar e avaliar as ações relacionadas aos direitos das pessoas em situação de rua.

Igualmente importante é a proposição e participação em projetos inovadores, colaborativos e empáticos, visando o constante aperfeiçoamento da política. Além disso, o Comitê é responsável por organizar atendimentos itinerantes, em cooperação com outras instituições, seguindo as diretrizes da Resolução.

A sensibilização da alta administração e dos servidores, por meio de reuniões, tem por objetivo dar visibilidade e promover uma compreensão mais ampla e sensível em relação a essa política. Adicionalmente, a proposta, coordenação e participação em mutirões de cidadania para atendimento das pessoas em situação de rua reforçam o compromisso do Comitê com a efetividade e aplicação prática dessas medidas.

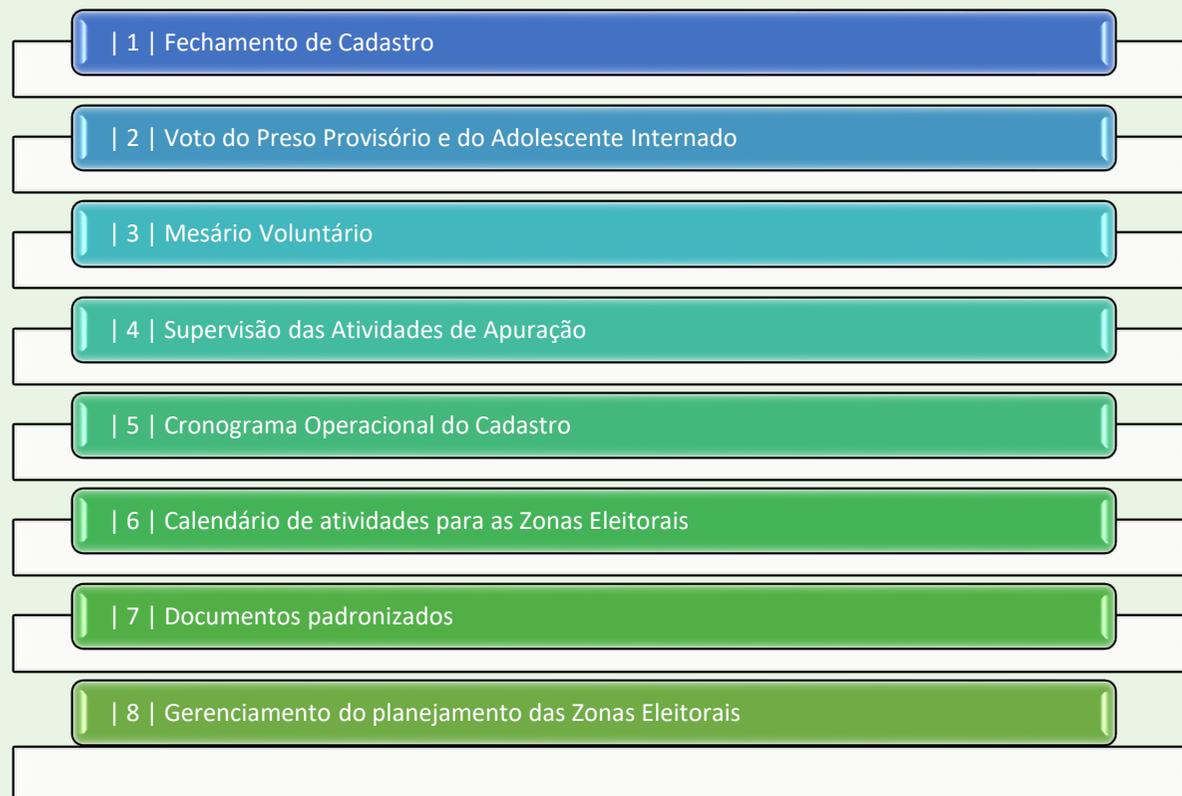
É imprescindível que os tribunais atuem de maneira articulada e propositiva, fortalecendo as redes interinstitucionais de proteção à população em situação de rua, conforme preconizado no artigo 38 da Resolução CNJ n. 425/2021.

Planejamento das atividades da Corregedoria para 2024

A Corregedoria Regional Eleitoral de Rondônia (CRE-RO) a fim de gerenciar a preparação das Eleições Municipais de 2024, instaurou procedimento administrativo com o objetivo de otimizar a execução dos projetos e atividades relacionadas às eleições vindouras, baseando-se nas lições aprendidas com as Eleições 2020 e 2022.

A importância de aprender com o passado é inegável e a CRE-RO compreende que a análise dos relatórios das eleições anteriores é fundamental para aprimorar os processos e evitar repetições de erros. Os relatórios das Eleições de 2020 e 2022 forneceram informações valiosas sobre as atividades desenvolvidas, os resultados alcançados, as dificuldades enfrentadas e sugestões de melhorias.

Além disso, a CRE-RO também se baseia nas avaliações das Eleições 2020 e 2022, como parte do processo de aprendizado contínuo e aprimoramento. Assim, para garantir a eficácia do planejamento e gestão dos projetos relacionados às Eleições Municipais de 2024, a CRE-RO distribuiu as responsabilidades e liderança entre as unidades da Corregedoria.



Inspeções

Autoinspeções

A autoinspeção é o procedimento de avaliação periódica anual, efetivado pela autoridade judiciária da zona eleitoral, observadas as diretrizes estabelecidas pela Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral e pela Corregedoria Regional, destinado à verificação da regularidade dos serviços cartorários e a sua eventual correção.

Em razão da Regulamentação ocorrida pelo Tribunal Superior Eleitoral e Corregedoria-Geral Eleitoral, por meio da Resolução TSE n. 23.657/2021 e Provimentos CGE n. 1/2023 e n. 2/2023, a Corregedoria Regional Eleitoral de Rondônia expediu o Provimento CRE/RO n. 1/2022 com outras regulamentações a respeito das inspeções e correções a serem realizadas nas Zonas Eleitorais.

No ano de 2023, todas as 29 Zonas Eleitorais em Rondônia realizaram autoinspeções, procedimento de avaliação periódica anual, determinada previamente pela Corregedoria Regional e efetivado pela autoridade judiciária da Zona Eleitoral, observadas as diretrizes estabelecidas pela Corregedoria-Geral, destinando-se à verificação da regularidade dos serviços cartorários e a sua eventual correção.

Nesse contexto, a Corregedoria Regional Eleitoral controla a realização das autoinspeções das Zonas Eleitorais, por meio de análise dos respectivos relatórios, a fim de aferir a regularidade dos serviços e processos, situação funcional dos servidores, a escrituração dos livros, o trâmite e guarda dos documentos, utilização dos sistemas eleitorais, atendimento ao público, situação das instalações físicas, móveis e equipamentos e controle do material.

Posteriormente, os atos relativos à realização das autoinspeções relativas a 2023 serão encaminhados à Administração do TRE-RO, contendo as observações detectadas para solicitação de providências.

Inspeções de ciclo - Biênio 2022-2023

As Inspeções de Ciclo são realizadas com o objetivo de aferir a qualidade, a regularidade e a eficiência das atividades cartorárias, prevenir a ocorrência de falhas e promover a melhoria contínua dos processos de trabalho da Justiça Eleitoral, nos termos do Provimento CGE n. 2/2023.

Nesse período, foram realizadas Inspeções nas 29 Zonas Eleitorais em Rondônia, sendo 19 delas realizadas no ano de 2023.

Na execução, as inspeções ocorreram na modalidade presencial, durante os trabalhos houve a visitação nas zonas eleitorais por meio de deslocamento da comissão designada pela CRE/RO. Na oportunidade, foram verificadas as rotinas de administração do cadastro eleitoral, a observância de normas referentes à investidura dos servidores, as questões prediais, a regularidade da tramitação dos processos administrativos e judiciais e as metas do CNJ.

Ademais, o processamento dos feitos foi realizado por meio do sistema PJeCor, juntamente com a coleta de dados no Sistema SInCo e a extração de Relatórios, bem como a organização das Atas de Inspeção por meio do SEI 0000766-39.2022.6.22.8060.

ADMINISTRAÇÃO DO CADASTRO ELEITORAL

No desempenho de sua função de administração do cadastro eleitoral no Estado de Rondônia, nos termos do disposto no art. 136 da Res. TSE 23.659/2021 c/c art. 27, 31 e 32 da Res. TRE-RO n. 6/2015, a Corregedoria Regional realiza atividades relacionadas ao controle de acesso às informações dos eleitores, por meio do Sistema de Informações Eleitorais (Siel) e atualização da situação eleitoral, com anotações referentes a direitos políticos e óbitos, que tramitam por meio do Sistema de Informações de Direitos Políticos (Infodip).

A Corregedoria Regional realiza também a anotação na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos, por meio do Sistema Elo, das ocorrências de suspensão e restabelecimento de direitos políticos de pessoas que não possuem inscrição eleitoral.

Além disso, a Corregedoria Regional Eleitoral efetivou, neste ano, 35 (trinta e cinco) retificações de código ASE, 23 (vinte e três) exclusões de códigos ASE e o processamento de 397 (trezentos e noventa e sete) processos de coincidência.

Sistema de Informações Eleitorais – SIEL

O Sistema de Informações Eleitorais – SIEL permite o acesso aos dados do Cadastro Nacional de Eleitores por autoridades legitimadas, conforme regulamentado pelo Provimento CGE n. 6/2022, que adota a Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral.

A Corregedoria Regional realiza o cadastramento e presta suporte e orientação aos usuários externos.

Os cadastros realizados possuem validade de dois anos, de forma que a Corregedoria possui atuação contínua no cadastramento e orientação.

Atualmente, o Sistema de Informações Eleitorais (SIEL) possui, em Rondônia, 432 (quatrocentos e trinta e dois) órgãos cadastrados com 525 (quinhentos e vinte e cinco) usuários.

No período de 01/01/2023 a 06/12/2023, foram realizadas 34.798 (trinta e quatro mil, setecentos e noventa e oito) pesquisas de endereço de eleitores por meio do sistema.

Sistema INFODIP

O Sistema de Informação de Direitos Políticos (INFODIP) é utilizado para o encaminhamento eletrônico das comunicações de suspensão, restabelecimento e restrição de direitos políticos, além de registro de óbitos. A ferramenta é utilizada pelos órgãos comunicantes e pelo Tribunal Regional Eleitoral com a finalidade de agilizar o processamento das informações.

O sistema INFODIP foi regulamentado pelo Provimento CRE n. 02/2015 e Resolução TRE-RO 08/2015, que estabelecem a obrigatoriedade de encaminhamento das comunicações de condenação criminal, improbidade administrativa, extinção da punibilidade, inelegibilidade, conscrição e óbito no âmbito da Justiça Eleitoral de Rondônia via sistema.

O sistema realiza o envio automático da maioria das comunicações para a zona eleitoral de inscrição do eleitor. Nos casos em que não é possível a identificação ou em que não há inscrição eleitoral, a comunicação é enviada à Corregedoria, que mediante análise realiza o processamento, enviando à zona eleitoral competente, arquivando a comunicação ou procedendo à anotação na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos.

Estatística de comunicações tratadas diretamente pela Corregedoria em 2023:

MÊS	COMUNICADO
JANEIRO	217
FEVEREIRO	272
MARÇO	292
ABRIL	292
MAIO	245
JUNHO	231
JULHO	329
AGOSTO	221
SETEMBRO	292
OUTUBRO	286
NOVEMBRO	282

Fonte: Infodip. Atualização em 06/12/2023.

Base de perda e suspensão de direitos políticos

A Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos é regulamentada pelo Provimento CGE n. 18/2011 e se destina a armazenar os dados relativos a pessoas com restrição dos direitos políticos, nas hipóteses previstas na Constituição Federal, e com impedimento ao alistamento eleitoral em decorrência da prestação de serviço militar obrigatório, das situações envolvendo perda ou suspensão de direitos políticos, sempre que não for possível o registro diretamente no histórico da respectiva inscrição eleitoral.

A administração da Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos cabe às Corregedorias Regionais Eleitorais.

Estatística de anotações na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos em 2023:

MÊS	INSERÇÕES	INATIVAÇÕES
JANEIRO	8	10
FEVEREIRO	190	168
MARÇO	231	73
ABRIL	175	161
MAIO	160	119
JUNHO	126	131
JULHO	181	147
AGOSTO	164	181
SETEMBRO	116	169
OUTUBRO	154	153
NOVEMBRO	143	93

Fonte: Sistema Elo. Atualização em 06/12/2023.

Provimentos, Portarias conjuntas e orientações expedidas

Provimentos	Provimento n. 1/2023 - CRE/GABCRE -	Institui Ato Concertado de Cooperação Judiciária por meio remoto entre as Zonas Eleitorais apoiadas e apoiadoras, nos termos da Portaria Conjunta n. 2/2023 do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.
	Provimento n. 2/2023 - CRE/GABCRE -	Institui Grupo de Trabalho da Corregedoria Regional Eleitoral para o acompanhamento, planejamento e orientação acerca do "censo eleitoral" dos povos indígenas, quilombolas e das comunidades tradicionais em Rondônia.
	Provimento n. 3/2023 - CRE/GABCRE -	Dispõe sobre a implantação, a utilização e o funcionamento do sistema do Processo Judicial Eletrônico para Corregedorias (PJeCor) no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.
	Provimento n. 4/2023 - CRE/GABCRE -	Aprova o Novo Manual de Práticas Cartorárias da Corregedoria e das Zonas Eleitorais em Rondônia e estabelece regras gerais para sua alteração.
Portarias Conjuntas	Portaria-Conjunta n. 1 / 2023 -	Dispõe sobre a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.
	Portaria-Conjunta n. 2 / 2023 -	Dispõe sobre a Cooperação Judiciária a ser realizada entre Zonas Eleitorais do Estado de Rondônia.

Portarias	Portaria n. 2/2023 - CRE/GABCRE -	Institui comissão para atualização do Manual de Práticas Cartorárias do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.
	Portaria n. 2/2023 - CRE/GABCRE -	Altera e divulga o calendário de inspeção de ciclo de 2023.
	Portaria n. 5/2023 - CRE/GABCRE -	Altera e divulga o calendário de inspeção de ciclo de 2023.
	Portaria n. 7/2023 - CRE/GABCRE -	Designa inspeções ordinárias no mês de março nas 2ª, 6ª, 9ª, 11ª, 12ª, e 20ª Zonas Eleitorais em Rondônia.
	Portaria n. 7/2023 - CRE/GABCRE -	Designa inspeções ordinárias no mês de abril/2023 na 13ª e 28ª Zonas Eleitorais em Rondônia.
	Portaria n. 16/2023 - CRE/GABCRE -	Designa inspeções ordinárias no mês de abril/2023 na 15ª e 29ª Zonas Eleitorais em Rondônia.
	Portaria n. 18/2023 - CRE/GABCRE -	Designa inspeções ordinárias no mês de junho/2023 na 4ª, 8ª e 16ª Zonas Eleitorais em Rondônia.
	Portaria n. 20/2023 - CRE/GABCRE -	Modifica a Portaria CRE/RO nº 02/2023, que instituiu a comissão para atualização do Manual de Práticas Cartorárias do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.
	Portaria n. 21/2023 - CRE/GABCRE -	Designa inspeções ordinárias nos meses de julho/agosto/2023 nos Juízos das 3ª, 30ª e 34ª Zonas Eleitorais em Rondônia.
	Portaria n. 28/2023 - CRE/GABCRE -	Designa inspeções ordinárias no mês de agosto/2023 nos Juízos das 7ª, 25ª e 26ª Zonas Eleitorais em Rondônia.
	Portaria n. 30/2023 - CRE/GABCRE -	Designa inspeção ordinária no mês de setembro/2023 no Juízo da 1ª Zona Eleitoral em Rondônia.
	Portaria n. 33/2023 - CRE/GABCRE -	Modifica a Portaria CRE/RO nº 02/2023, que instituiu a comissão para atualização do Manual de Práticas Cartorárias do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

A Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia (EJE-RO) está diretamente vinculada à Presidência, por força do art. 1º da Resolução-TSE nº 23.620/2020, e suas atribuições estão listadas nos incisos I a III do mencionado artigo, divididas em três eixos de ação, a seguir descritos com as respectivas atividades desenvolvidas no exercício 2023:

a) Formação continuada em Direito:

* **Desenvolvimento de 8 ações de capacitação** para magistrados e servidores, com temáticas diretamente relacionadas ao exercício de suas atribuições funcionais, alcançando-se a disponibilização de 405 vagas de formação continuada.

Na condução das atividades de formação continuada, buscou-se prestigiar a participação de todos os interessados, especialmente magistrados e servidores do interior do Estado, o que encontrou maior viabilidade pela implementação dos cursos telepresenciais, os quais não exigem o deslocamento dos participantes e dos facilitadores.

Iniciou-se também o retorno das atividades presenciais, com a disponibilização de vagas para magistrados e servidores do interior do Estado mediante manifestação prévia de interesse e cumprimento de requisitos especificados em edital próprio.

b) Ações de responsabilidade social e educação para a cidadania

* **Inclusão dos parceiros multiplicadores do Projeto Patrulha Eleitoral nas formações de formadores da ENFAM**, a fim de melhorar as técnicas de facilitação do conhecimento nas formações em cidadania.

* **Projeto Brincando de Cidadania** mediante a coleta, higienização e recuperação de brinquedos usados, os quais são distribuídos em data próxima ao "dia das crianças", em unidade escolar pública cujo perfil dos alunos seja caracterizado como de "baixa renda". Em 2023, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Antônio I foi atendida com a entrega dos brinquedos.

* **Realização do 2º Bazar Beneficente do TRE-RO** - mediante a arrecadação de itens usados, os quais foram recuperados e vendidos para arrecadação de valores para entidade social previamente selecionada. Foram coletados 238 Kg de produtos, os quais tiveram a sua vida útil prolongada mediante a sua reutilização, felicitando os adquirentes e resguardando o meio ambiente, além de beneficiar o trabalho social da instituição selecionada.

* **Projeto Visite o TRE** - objetivando aproximar o TRE-RO da sociedade e ampliar o conhecimento sobre o funcionamento da Justiça Eleitoral em Rondônia. Por meio dele, as instituições de ensino trazem seus educandos para conhecer as instalações do TRE-RO, quando então participam de uma breve explanação sobre a história da instituição e suas atribuições e, ao final, são recebidos pela Corte Eleitoral, durante sessão plenária. Assim, foram recebidas as seguintes instituições: Escola Municipal do Ensino Fundamental Santo Antônio I; UNIRON SAPIENS e Universidade Federal de Rondônia - discentes e docentes de Direito Eleitoral e Administrativo.

c) Estímulo à produção científica

* **Encerramento do Programa de Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais**, em parceria com a Universidade Federal Fluminense.

* **Desenvolvimento do Projeto Bate Papo Eleitoral** no qual são debatidos temas de Direito Eleitoral que impactam na condução do processo eleitoral e corroboram para o fortalecimento da democracia nacional. As discussões são realizadas por meio do canal do YouTube do TRE-RO, com a participação ao vivo do público externo e esclarecimento das dúvidas recebidas por meio do chat.

* **Publicação do Periódico online "EJE em Revista"** – o qual objetiva a aproximação do TRE-RO com a sociedade, notadamente os lidadores do Direito Eleitoral e os acadêmicos do curso de Direito. Em 2023, o periódico marcou a comemoração dos 20 anos de criação da Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia.

* **Projeto Patrulha Eleitoral** – criação genuína do TRE-RO e parte integrante do Programa Nacional Eleitor do Futuro, objetivando envolver jovens estudantes, entre 15 e 18 anos, a participarem do processo eleitoral.

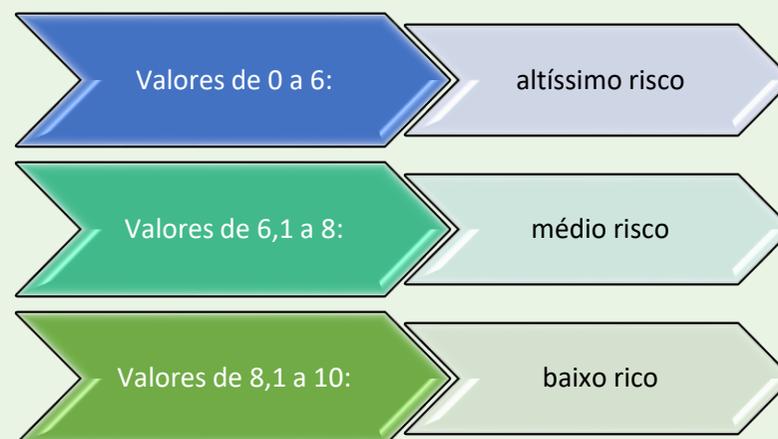
Em 2023, o projeto foi desenvolvido em parceria com a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Eduardo Lima e Silva, em Porto Velho.

No ano de 2023 a Secretaria de Gestão de Pessoas visando reforçar o quadro de pessoal do TRE-RO, fomentou uma ação inovadora para o resgate da força de trabalho dos servidores que estavam em lotação provisória em outros tribunais. Essa ação permitiu uma nova leitura da Lei n. 8.112/90, em razão do surgimento de novas modalidades de trabalho, a exemplo do trabalho remoto. Esses servidores, portanto, voltaram a ser formalmente lotados neste Tribunal, sem necessidade de transferirem suas residências para Rondônia. Ainda objetivando o incremento da força de trabalho do tribunal, a SGP empenhou todos os esforços necessários para o provimento de cargos vagos, culminando na nomeação, ao final do exercício, de 11 servidores, sendo 3 cargos de Analista Judiciário e 8 cargos de Técnico Judiciário.

Além desse reforço no quadro efetivo, ações de melhoria na qualidade de vida e desenvolvimento dos servidores foram oferecidas pela gestão, tais como:

A Pesquisa de Clima 2023, PCO, foi realizada nos meses de maio a julho de 2023, com o foco no tema Segurança Psicológica no Ambiente de Trabalho. A elaboração do questionário de coleta de dados foi inspirada no conteúdo da norma ISO 45.003/2021, que estabelece padrões e práticas desejáveis para a segurança psicológica dos trabalhadores.

Como inovação no processo de pesquisa, os índices foram classificados por graus de risco, tendo como escala:



Resultados:

O questionário foi dividido em seis temas, que tiveram como resultado:

<u>Resultados:</u>	1 - Ambiguidade dos papéis:	8,4 – baixo risco;
O questionário foi dividido em seis temas, que tiveram como resultado:	2 - Conflito de papéis:	6,8 – médio risco;
	3 - Cuidado com os outros:	9,06 – baixo risco;
	4 - Incertezas e mudança:	7,45 – médio risco;
	5 - Bem-estar:	8,21 – baixo risco; e
	6 - Liderança:	7,9 – médio risco.

Os resultados foram divulgados para os gestores de unidades e foi contratada uma equipe de psicólogas organizacionais para avaliação dos índices e proposição de ações de melhoria, que foram iniciadas ainda em 2023.

Como ação deflagrada a partir do resultado da Pesquisa de Clima Organizacional, foi contratada uma empresa especializada em Psicologia para a condução de rodas de conversa, nas quais o tema Segurança Psicológica foi difundido entre os servidores e colaboradores de todas as unidades.

As oficinas aconteceram em modo presencial e remoto, no período de 31 de julho a 11 de outubro de 2023, com o intuito de alcançar o maior número possível de participantes.

O objetivo foi difundir o conceito Segurança Psicológica entre as pessoas que integram a Justiça Eleitoral em Rondônia e aperfeiçoar a comunicação e o relacionamento.

Foram abordados quatro conceitos essenciais à segurança psicológica nas organizações: aprendizagem, capacidade de expressão, integração e pertencimento.

Levantamento de oportunidades de melhoria e apresentação aos gestores, com sugestão de planos de ação para continuidade do projeto.

Resultados:

- 228 participantes;
- 16 oficinas;

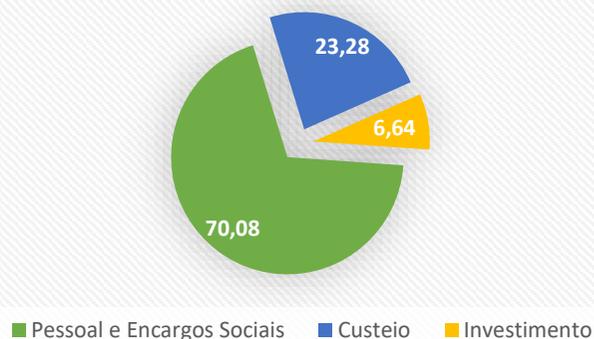
Resumo da situação financeira da UPC

Gestão Orçamentária e Financeira

Cuida-se de capítulo que trata da relação de políticas e programas de governo/ações orçamentárias, bem como de programas do Plano Plurianual, de outros planos nacionais, setoriais e transversais de governo nos quais atua, com seus respectivos objetivos e metas.

Perfil do gasto do Tribunal: evolução dos últimos anos da execução orçamentária da despesa por função e/ou unidade orçamentária (empenhada, liquidada e paga); detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesa; execução orçamentária dos principais programas/projetos/ações:

Valores Pagos 2023 - LOA e RP



Perfil do gasto: O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia é um órgão que, em razão de sua natureza jurisdicional, concentra seus gastos com mão de obra e manutenção de sua estrutura administrativa, tendo em vista a **prestação de serviços à sociedade**, com destaque para a **administração do processo eleitoral** nos 52 municípios que compõem o Estado de Rondônia.

Assim, a parte mais significativa dos seus gastos concentra-se em despesas com pessoal e encargos sociais, representando a mão de obra necessária ao fornecimento de seu principal produto. Outros custeios e investimentos apresentam-se de forma discreta em relação ao total do gasto, como se verifica no gráfico ao lado.

Evolução dos últimos anos da execução orçamentária da despesa por função e/ou unidade orçamentária (empenhada, liquidada e paga):

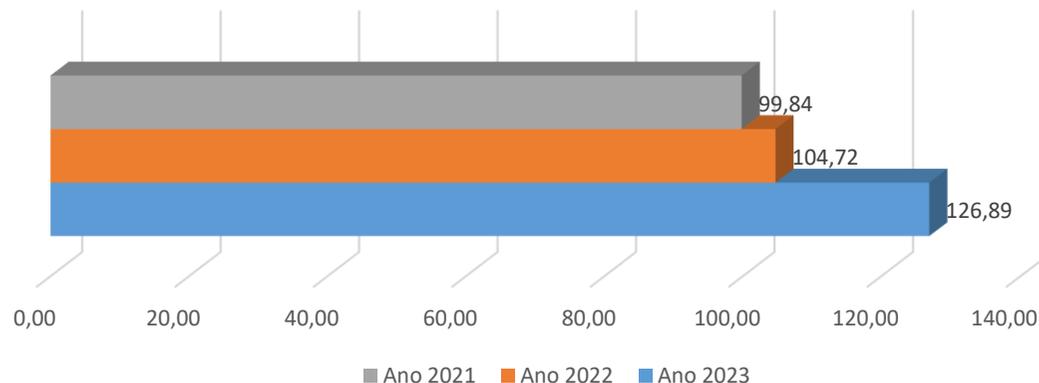
A **Lei Orçamentária Anual, Lei nº 14.535/2023**, dedicou ao Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia TRE-RO o montante de **R\$ 108,16 milhões** destinados a manutenção de sua estrutura administrativa e jurisdicional.

Após o cotejo entre cancelamentos e suplementações orçamentárias mediante redistribuição de dotações no âmbito da Justiça Eleitoral pelo Tribunal Superior Eleitoral, com o fito de otimizar a execução orçamentária dos órgãos dessa Justiça Especializada, o TRE-RO finalizou 2023 com um montante **autorizado de R\$ 126,89 milhões**.

Desse total, **R\$ 123,83 milhões** foram **empenhados** e **R\$ 106,02 milhões** foram **pagos** no exercício 2023.

Evolução das disponibilidades orçamentárias da unidade orçamentária do TRE-RO nos três últimos exercícios, considerando-se apenas os créditos consignados diretamente a este Tribunal nas leis de orçamentos anuais.

Dotação Total Autorizada - em milhões



Empenhadas

2023

R\$ 123,84 milhões

2022

R\$ 104,72 milhões

2021

R\$ 99,84 milhões

Liquidadas

2023

R\$ 107,45 milhões

2022

R\$ 94,97 milhões

2021

R\$ 92,13 milhões

Pagas

2023

R\$ 106,02 milhões

2022

R\$ 94,76 milhões

2021

R\$ 91,91 milhões

O Tribunal apresenta uma média anual de **99,2%** de despesas **empenhadas**, representando uma **perda orçamentária** média de apenas **0,8%** nos últimos três exercícios.

Quanto as despesas **liquidadas** e **pagas**, verifica-se nos últimos três exercícios uma média de execução de **89,9%** frente as despesas empenhadas.

Com isso, o índice de **inscrição de despesas em restos a pagar** apresenta uma média de **10,1%** nesse período.

Esse desempenho é alavancado pela execução das despesas com pessoal, benefícios e encargos sociais (**gastos com pessoal**) cujo pagamento é, em regra, realizado integralmente no exercício.

Assim, costuma-se transferir para exercícios futuros a execução de despesas com **outros custeios**, como as faturas de serviços de dezembro; despesas de capital (obras), além de outras não adimplidas pelas empresas contratadas.

Gestão Financeira

Com a edição da **Emenda Constitucional nº 95** passou a vigorar o **Novo Regime Fiscal** para a Administração Pública Federal, com a imposição de um limite de gastos anual, que, no âmbito da Justiça Eleitoral, é distribuído aos Tribunais Regionais anualmente pelo TSE.

Em 2023 restou delimitado ao TRE-RO um **limite total de R\$ 119.019.021,00**, conforme Portaria TSE nº 1006/2023, cuja execução segue demonstrada a seguir, onde verifica-se **rigoroso respeito ao teto de gastos** no exercício 2023.

Registra-se que nos valores pagos foram excluídas as despesas não passíveis de observância ao teto de gastos e incluídos os restos a pagar de exercícios anteriores pagos em 2023.

TRE-RO	Limite de Pagamentos	Valores Pagos
Despesas Obrigatórias (Pessoal e Benefícios)	88.216.039	82.510.411
Despesas Discricionárias (Custeios, Investimentos, Obras e Inversões Financeiras)	30.802.982	29.076.958
TOTAL	119.019.021	111.587.369

Detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesa

(inclui as dotações próprias e as dotações recebidas para custeio de eleições)

As despesas por grupo e elemento de despesa estão assim demonstradas:

Grupo de Despesas	Despesas Pagas por Grupo de Despesa (2023 x 2022)						em R\$ 1,00	
	2023			2022			Variação RS	Variação %
	Pagas do Exercício	Restos a Pagar Pagos	Total	Pagas do Exercício	Restos a Pagos Pagos	Total		
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = c-f	(h) = g/f	
Pessoal e Encargos Sociais	76.230.558	7.738.030	83.968.588	74.287.882	1.275.314	75.563.196	8.405.392	11,12%
Outras Despesas Correntes	24.500.481	3.703.367	28.203.848	28.344.607	2.394.399	30.739.005	-2.535.157	-8,25%
Investimentos	7.074.341	2.279.553	9.353.894	3.102.847	1.222.149	4.329.995	5.023.899	116,03%
Total	107.805.380	13.720.950	121.526.330	105.735.336	4.891.862	110.321.198	10.894.134	9,87%

Pessoal e Encargos Sociais – aloca as despesas com remuneração de servidores, promotores e juizes eleitorais, bem como dos encargos sociais aos respectivos regimes de previdência.

Outras Despesas Correntes – aloca despesas com manutenção da infraestrutura administrativa, bem como as necessárias à operação dos serviços administrativos e de tecnologia da informação.

Investimentos – grupo de despesas onde são registrados os gastos com aquisição de bens móveis, de equipamentos, de instalações e de softwares, obras de ampliação e construções de imóveis, dentre outros bens de capital.

Variação da despesa paga 2023 x 2022



Despesas Pagas 2023 por Elemento de Despesa					
Pessoal e Encargos Sociais		Outras Despesas Correntes		Investimentos	
	Valor Pago		Valor Pago		Valor Pago
11 - Vencimentos e vantagens fixas	51.753.761	39 - Outros serviços terceiros PJ	10.995.090	52 – Equipamentos e mat. permanentes	6.652.323
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	9.506.496	37 – Locação de mão de obra	6.960.164	51 - Obras e instalações	1.494.360
01 - Aposentadorias RPPS	9.506.496	45 – Auxílio-Alimentação	3.345.438	39 - Outros serviços terceiros PJ	1.056.251
Demais Elementos	13.185.205	Demais Elementos	6.903.156	Demais Elementos	150.960
Total	83.968.588	Total	28.203.848	Total	9.353.894

Pessoal e Encargos Sociais: Variação positiva de 11,12% em razão de progressões funcionais, 1ª parcela do reajuste salarial e pagamentos de valores de passivos de exercícios anteriores.

Outros custeios: A variação negativa de 8,25% se deu por tratar-se de ano em que não são realizadas eleição geral ou municipal.

Investimentos: Variação positiva de 116,03% em razão de incrementos com implementação da política de segurança da informação e cibernética e com a obra de construção da nova sede do TRE-RO, além de investimentos na renovação de mobiliários, veículos e equipamentos diversos.

Desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado

A proposta orçamentária para o exercício 2023 foi finalizada com a previsão de execução de um montante de R\$ 108,16 milhões.

Cuidava-se de valor inferior ao necessário para custeio das despesas inicialmente previstas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

Em razão do cenário de restrição fiscal a previsão de despesas teve de ser ajustada ao limite orçamentário informado pelo TSE com base em valores advindos da Secretaria de Orçamento Federal que estima os valores do orçamento vindouro com base em critério legais.

No decorrer do exercício 2023 houve a oportunidade de suplementação orçamentária tanto nas despesas discricionárias quanto nas obrigatórias.

Trata-se de tendência observada nos últimos exercícios, apesar dos esforços envidados para restrição de gastos no âmbito deste TRE-RO.

Despesa Orçada x Despesa Autorizada 2023 (R\$ milhões)



Explicações sobre variações do resultado, com uma reflexão justa e compreensível sobre o desempenho financeiro, consistente com as demonstrações financeiras subjacentes

2023

• R\$ 28,59 milhões

2022

• R\$ 22,89 milhões

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia encerrou o exercício 2023 com um resultado patrimonial positivo de R\$ 28,59 milhões, representado pelo superávit observado no cotejo das variações patrimoniais positivas e negativas durante o exercício, evidenciadas no Balanço Patrimonial e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais.

Esse resultado é representado principalmente pelo impacto nas variações patrimoniais aumentativas em decorrência do acréscimo por incorporação e reavaliação de ativos em atendimento a diretrizes de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Principais Desafios e Ações Futuras

Desafios

- ✚ Com o novo Regime Fiscal imposto pela Emenda Constitucional 95/2016, o maior desafio da Administração continua a ser adequar suas despesas aos limites de pagamentos (Teto de Gastos), sem comprometer a qualidade dos serviços prestados;
- ✚ Manter em bom funcionamento as instalações do Tribunal e seus Fóruns Eleitorais frente ao cenário de incertezas econômicas e fiscais.

Ações

- ✚ Otimização da execução orçamentária através de acompanhamento e avaliação contínua da execução, com remanejamento de eventuais sobras a despesas que garantam a melhoria da infraestrutura do Tribunal;
- ✚ Garantir dotações orçamentárias destinadas à melhoria contínua da infraestrutura imobiliária e de tecnologia da informação e comunicação através das fases de alterações orçamentárias promovidas no âmbito da Justiça Eleitoral.

Demais tópicos da Gestão Orçamentária

Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização

As penalidades pecuniárias aplicadas pela Justiça Eleitoral são revertidas diretamente ao Fundo Partidário ou ao Tesouro Nacional quando do seu recolhimento, não havendo, portanto, possibilidade de gestão dos valores arrecadados pelos Tribunais Eleitorais.

Gestão de fundos e de programas

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não é responsável legal pela gestão direta de fundos ou programas.

Informações sobre indenizações a clientes no âmbito administrativo e judicial

Não houve registros de indenizações administrativas ou judiciais pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no exercício 2023.

Renúncia de receitas

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não teve autorização para arrecadação de receitas no exercício 2023, não havendo, com isso, possibilidade de adoção de medidas que importem em renúncia de receitas.

Informações sobre depósitos judiciais e extrajudiciais

Durante o exercício 2023 o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não administrou depósitos de terceiros de natureza judicial ou extrajudicial.

Gestão de precatórios

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não promoveu gestão de precatórios no exercício 2023.

AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna (AUDI) encontra-se diretamente subordinada à Presidência, com reporte funcional à Corte Eleitoral. Suas atribuições estão elencadas nos artigos 17 a 21 da Resolução TRE-RO nº 19/2020.

A AUDI é uma unidade independente de avaliação e consultoria que visa agregar valores às operações da organização, mediante avaliação da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança.

Em 2023 foram realizadas seis auditorias e os monitoramentos das recomendações emitidas nos exercícios anteriores, bem como desenvolveu as atividades ordinárias de apoio ao Controle Externo (TCU), por meio da análise de conformidade dos atos de pessoal e outros legalmente estabelecidos, em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria Interna – PAA de 2023.

Também elaborou o PAA para o exercício de 2024, que foi devidamente aprovado pela Presidência na Decisão n. 138 (evento n. 1091623).

Atividades de Auditoria realizadas em 2023	
1	Auditoria nas Contas Anuais de 2023 - Financeira integrada com Conformidade
2	Ação Coordenada de Auditoria da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ) 2023
3	Ação Coordenada de Auditoria do CNJ - Política de enfrentamento ao Assédio e a Discriminação
4	Auditoria Preventiva sobre a Construção da nova Sede
5	Auditoria no Processo de Governança das Contratações
6	Auditoria Integrada no processo de gestão do mobiliário móvel e imóvel, com foco nos Cartórios Eleitorais

Os relatórios das auditorias finalizadas, assim como os planos de auditoria e relatório anual de atividades da auditoria interna, e demais publicações, estão no Portal da Transparência e Prestação de Contas deste Tribunal no link: <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna>.

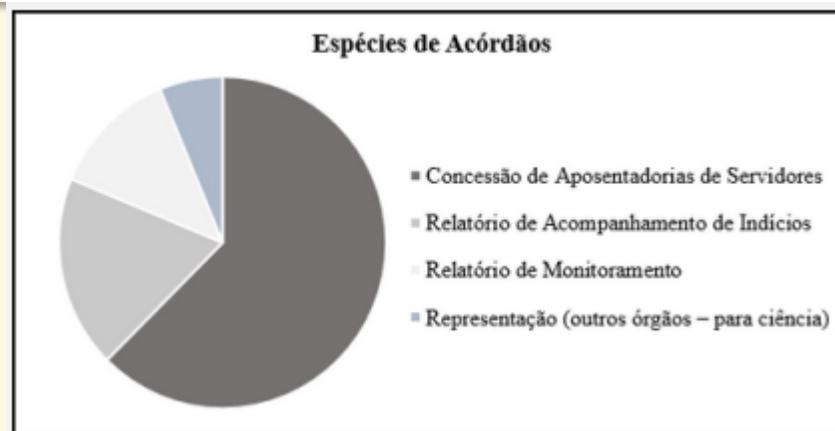
Índice de Cumprimento de Recomendações Expedidas por auditoria realizada pela AUDI (2022 até 09/2023)

No que concerne especificamente ao ciclo de monitoramento de auditorias realizadas no exercício de 2023, foram monitorados um total de quatro procedimentos de auditoria, sendo emitidas 38 (trinta e oito) recomendações, com os respectivos Planos de Ação elaborados e devidamente executados pelas unidades auditadas, 15 (quinze) recomendações implementadas, 18 (dezoito) estão em implementação e 5 (cinco) não implementadas no ciclo de 2023.

Auditoria Realizada	Recomendações Previstas	Recomendações Atendidas	Recomendações em Implementação	Recomendações Não Atendidas	ICRE
Gestão de Ativos de TIC	05	01	03	01	80%
Gestão da Segurança da Informação	13	07	06	-	100%
Gestão da Acessibilidade Digital	03	03	-	-	100%
Contas do Exercício de 2020/2021	17	04	09	04	76,47%
TOTAL	38	15	18	05	86,84%

Índice de Cumprimento de Recomendações Expedidas pelo TCU ao TRE-RO - Exercício de 2023

Quanto ao monitoramento ou acompanhamento das deliberações emanadas do TCU, destaca-se que referido procedimento ocorre por meio de atuação de área específica da estrutura da AUDI, que tem a responsabilidade, após os devidos encaminhamentos, de arquivar digitalmente os ofícios recebidos e realizar o acompanhamento junto às áreas competentes do Tribunal, efetuando os registros necessários.



Espécie do Acórdão	Recomendações Recebidas	Recomendações Atendidas	ICRE
Concessão de Aposentadorias de Servidores	10	10	100%
Relatório de Acompanhamento de Índícios	03	03	100%
Relatório de Monitoramento	02	02	100%
Representação (outros órgãos – para ciência)	01	01	100%
Total de Recomendações	16	16	100%

Resultados dos Trabalhos da Auditoria em 2023

O resultado dos trabalhos de auditoria do exercício 2023 é considerado satisfatório, dado a complexidade das ações desenvolvidas e o montante dos valores auditados, em especial, no tocante à necessidade de se restringir o quantitativo de auditorias para atender à Auditoria de Contas Anual (implementada pelo TCU).

Em síntese, os trabalhos da unidade de Auditoria Interna do TRE-RO contribuíram para o alcance dos objetivos do sistema de controle interno, previstos no artigo 74 da Constituição Federal, com foco na eficácia, na eficiência e na efetividade dos processos, resultando na melhoria operacional dos procedimentos e, assim, agregando mais valores à instituição.

Gestão de Custos

Conformidade legal (art. 50, §3º da LC 101/2000 e Portaria STN 157/2011)



A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Foi desenvolvida uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia tem como objetivo adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em quase 2.200 municípios e de possuir mais de 2.700 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática que permita a comparação dos custos entre as diversas regiões do país - de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade - que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca por eficiência e melhor qualidade dos gastos.

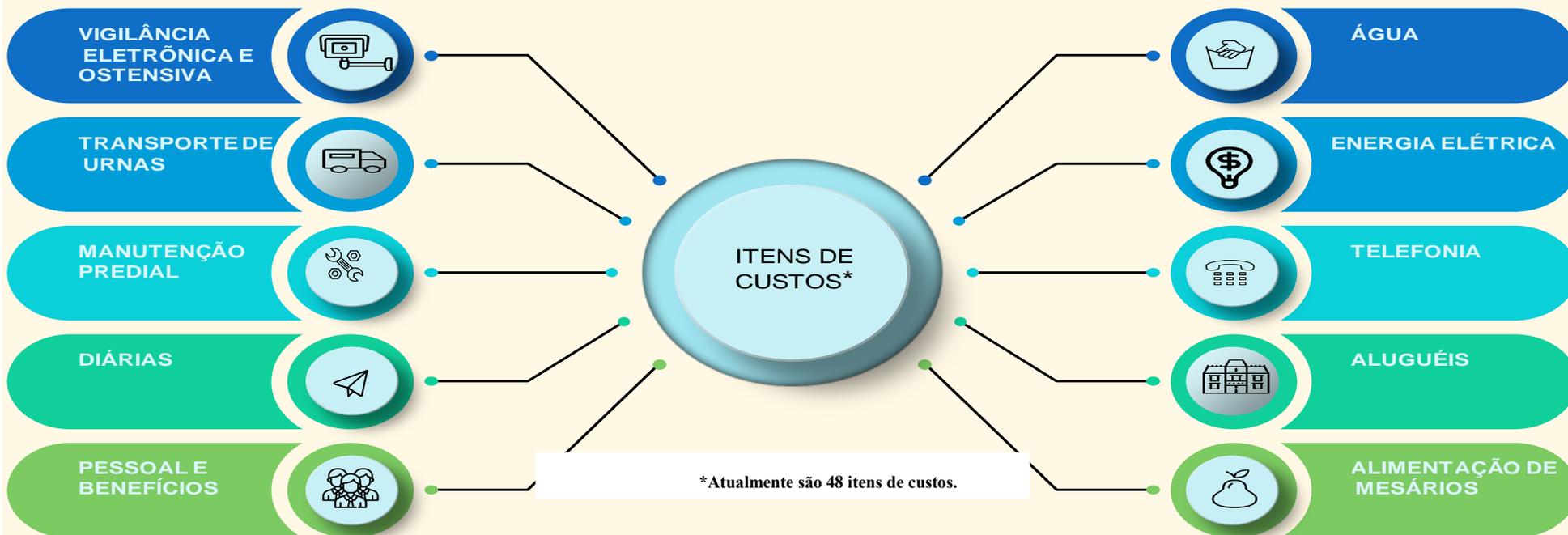
Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido o Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (SIGEC), no qual são fornecidas as informações de custos obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados dos Tribunais Eleitorais. Essa captação é gerida pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (SOF/TSE), no papel de setorial de custos da Justiça Eleitoral.

Fluxo do processo ocorre da seguinte maneira:

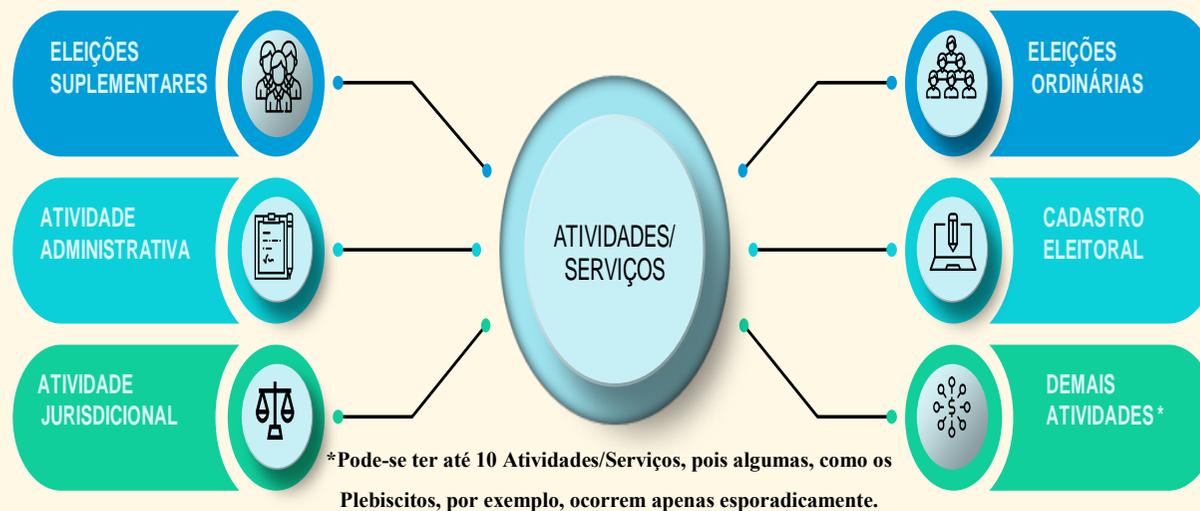


Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “**Itens de Custos**” e “**Atividades/Serviços**”.

No eixo dos “Itens de Custos”, procura-se responder à questão “**Com o quê?**”, e que apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.

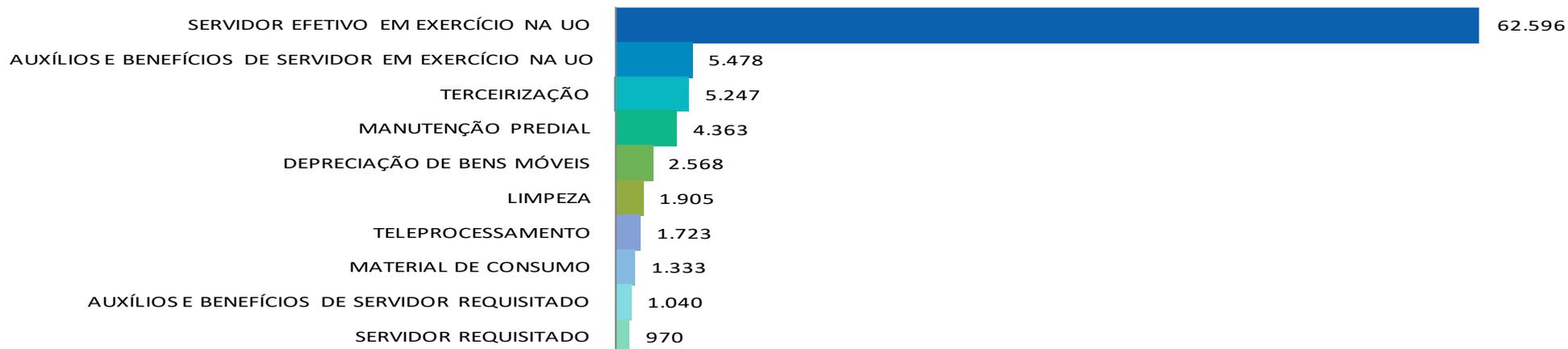


No eixo das “Atividades/Serviços”, procura-se responder à questão “**Para quê?**”, e que apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:



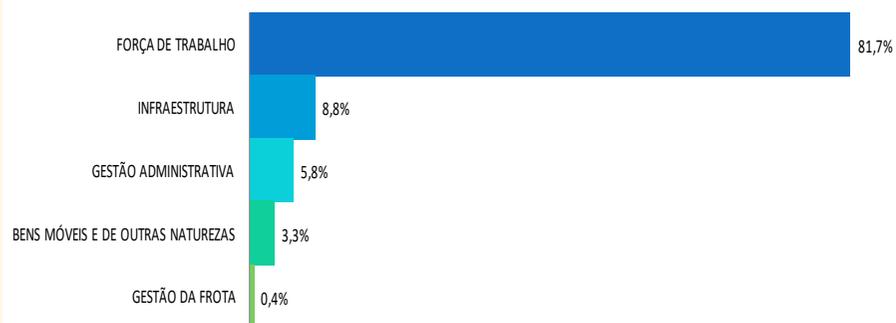
Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no exercício de 2023, que somam um total de **R\$ 94,1 milhões**, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:

10 maiores itens de custos (em R\$ mil)



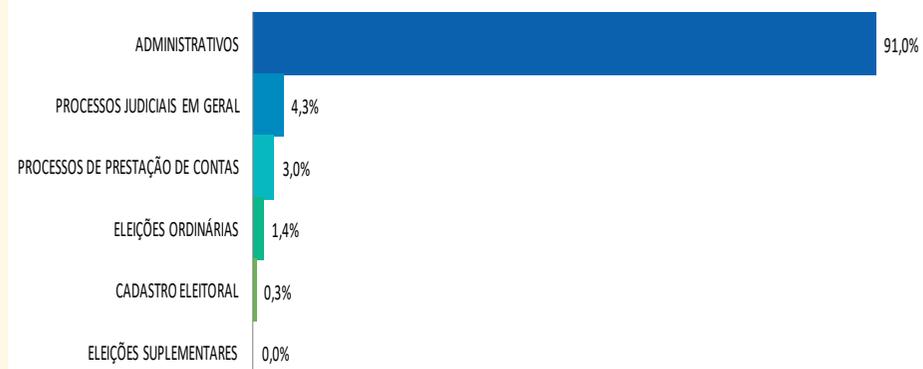
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:

Custos por subgrupos (em %)



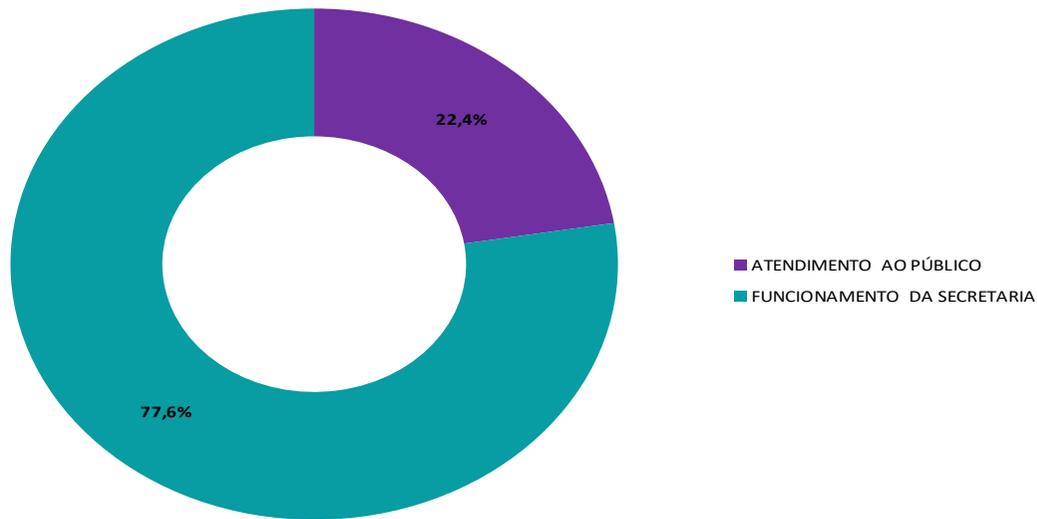
Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:

Custos por atividades/ serviços (em %)



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

Funcionamento da Secretaria x Atendimento ao Público (em %)



Por fim, cumpre ressaltar que essas informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, com a incorporação de novas técnicas e ferramentas, na busca por contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes, não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral. Ademais, novos relatórios gerenciais têm sido disponibilizados com base na apuração de custos realizada, buscando ampliar a usabilidade das informações por parte dos gestores da Justiça Eleitoral.

Principais desafios e ações futuras para alocação mais eficiente de recursos e melhoria da qualidade dos gastos públicos

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não é responsável direto pela implementação de programas governamentais finalísticos, motivo pelo qual a estimativa e alocação de custos no âmbito da Justiça Eleitoral em Rondônia não leva em conta essa característica.

Estimativa de custos por programa governamental, demonstrando em que medida eles se relacionam e contribuem para o alcance da missão institucional da UPC

Desafios

- ✚ Aprimorar a qualidade das informações de custos de modo a permitir seu incremento no processo de tomada de decisão

Ações

- ✚ Implementação de melhorias no processo de apuração de custos e disseminação da importância dessas informações no âmbito dos gestores de despesas

Link para o Planejamento Estratégico 2021 - 2026



EXERCÍCIO 2023:

Procedimento	Fato sob análise	Decisão Superior
PAD SEI 00003020-68.2022.6.22.8000	Diversas infrações administrativas	Em análise
Sindicância SEI 0000823-09.2023.6.22.8000	Supostas condutas consistentes em abordagens com conotação sexual a servidoras e colaboradoras de empresas terceirizadas	Arquivamento

DECLARAÇÃO DA DIRETORA-GERAL

É com satisfação e compromisso com a transparência que, na qualidade de Diretora-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO), apresento esta mensagem de declaração de integridade referente ao Relatório de Gestão do exercício de 2023.

O Relatório de Gestão que ora submetemos à apreciação da Egrégia Corte de Contas da União reflete o empenho e a responsabilidade da equipe do TRE-RO em conduzir suas atividades de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O compromisso com a ética e a integridade permeia todas as ações e decisões tomadas ao longo do período em análise.

Destacamos que o processo de elaboração do relatório foi conduzido de maneira cuidadosa e criteriosa, envolvendo a participação de todos os setores do Tribunal. A prestação de contas reflete fielmente as atividades desenvolvidas, as despesas realizadas e os resultados alcançados no exercício financeiro de 2023.

Ressaltamos nosso comprometimento em cumprir todas as normativas legais, regulamentares e as orientações do Tribunal de Contas da União, assegurando a conformidade e a lisura em todos os aspectos relacionados à gestão de recursos públicos.

Destaco que as informações constantes deste Relatório, ora encaminhadas à egrégia Corte de Contas, estão disponíveis em nosso site www.tre-ro.jus.br e canais de comunicação, como forma de dar transparência às ações deste Tribunal e de manter contínuo diálogo com a sociedade.

Agradecemos a oportunidade de submeter este relatório à análise desta respeitável instituição, reiterando nossa disposição em colaborar de forma transparente e construtiva com as instâncias de controle externo.

As realizações aqui relacionadas são fruto de um trabalho coletivo que envolve a dedicação de membros, juízas, juízes e membros do Ministério Público Eleitoral, servidoras e servidores no cumprimento das atribuições constitucionais. Decorrem, também, do nosso compromisso com a promoção da Justiça e a defesa dos direitos da sociedade rondoniense.

Certos de que a integridade e a lisura são valores inegociáveis na gestão pública, reafirmamos nosso compromisso em contribuir para a construção de uma administração eficiente e responsável.

Muito obrigada.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES
Diretora-Geral do TRE-RO

LISTA DE ABREVIações

SIGLA	DESCRIÇÃO
A3P	– Agenda Ambiental da Administração Pública
AJDG	– Assessoria da Diretoria Geral
ALV	– Apoio Logístico Voluntário
AMES	– Seção de Assistência Médica e Social
ASEPA	– Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias
ASEPA	– Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias
ASGP	– Assessoria da Secretaria de Gestão de Pessoas
ASPLAN	– Assessoria de Planejamento Estratégia e Gestão
ASRICO	– Assessoria de Gestão de Riscos e Controle
ASSACOM	– Assessoria de Acompanhamento e Orientação da Gestão
ASSAUD	– Assessoria de auditoria e exame de contas eleitorais
ASSCRE	– Assessoria da Corregedoria
ASSIMCOS	– Assistência de Imprensa e Comunicação Social
ASSPLENO	– Assessoria ao Pleno
ASSPRES	– Assessoria da Presidência
AUDI	– Assessoria de Auditoria Interna
BDA	– Boletim de Direito Administrativo
BLC	– Boletim de Licitações e Contratos
BSC	– <i>Balanced Scorecard</i> (Indicadores Balanceados de Desempenho)
BU	– Boletim de Urna
CAND	– Módulo interno do sistema de Registro de Candidaturas
CANDEX	– Módulo externo do sistema de Registro de Candidaturas
CANDIN	– Cadastro Informativo
CATRE	– Colegiado Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
CAUVE	– Aditoria de Votação e Urnas Eletrônicas

SIGLA		DESCRIÇÃO
CCIA	–	Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria
CCONT	–	Coordenação Geral de Contabilidade
CETTRAN	–	Conselho Estadual de Trânsito
CGE	–	Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral
CIEE	–	Centro de Integração Empresa Escola
CIOP	–	Centro Integrado de Operações Policiais
CJD	–	Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação
CLOG	–	Coordenadoria de Logística
CNAE	–	Classificação Nacional de Atividades
CNJ	–	Conselho Nacional de Justiça
COAF	–	Conselho de Controle de Atividades Financeiras
COEDE	–	Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento
COFC	–	Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade
COFIPE	–	Comissão de Fiscalização da Propaganda Eleitoral
COINFE	–	Coordenadoria de Infra-estrutura
COMAP	–	Coordenadoria de Material e Patrimônio
COORCRE	–	Coordenadoria da Corregedoria
COPAG	–	Coordenadoria de Pagamento
COPEP	–	Coordenadoria de Pessoal
COSE	–	Coordenação de Segurança das Eleições
COSEG	–	Coordenadoria de Serviços Gerais
COSUP	–	Coordenadoria de Suporte
COTEP	–	Coordenadoria Técnica e de Pagamento
COVID-19	–	doença infecciosa causada por um Coronavírus
COZEL	–	Comissão das Zonas Eleitorais
CPA	–	Centro Político Administrativos de Porto Velho/RO
CPAD	–	Comissão Permanente de Avaliação Documental
CPF	–	Cadastro de Pessoa Física
CPPDS	–	Comissão Permanente de Processo Disciplinar e Sindicância

SIGLA	DESCRIÇÃO
CRE	– Corregedoria Regional Eleitoral
CRIP	– Coordenadoria de Registro e Informações Processuais
CUCO	– Sistema de controle do serviço extraordinário
DG	– Diretoria-Geral
DJE	– Diário da Justiça Eletrônico
DPVAT	– Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres
EAD	– Educação à Distância
EJE	– Escola Judiciária Eleitoral
GABDG	– Gabinete da Diretoria-Geral
GABPRES	– Gabinete da Presidência
GABSAOFC	– Gabinete da SAOFC
GABSJGI	– Gabinete da SJGI
GABSTIC	– Gabinete da STIC
GOV	– Governamental
GSE	– Gabinete de Gerenciamento de Riscos
HE	– Hora extra
IA	– Inteligência Artificial
IBAMA	– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDARON	– Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril de Rondônia
IES	– Instituto de Ensino Superior
IN	– Instrução Normativa
INFODIP	– Sistema de Informações de Direitos Políticos e Óbitos
INTOSAI	– <i>International Organization of Supreme Audit Institutions</i> (Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores)
ITAR	– Sistema de Inteiro Teor de Acórdãos e Resoluções
JE	– Justiça Eleitoral
JECRIME	– Juizado Especial Criminal Eleitoral
LDO	– Lei de Diretrizes Orçamentárias

SIGLA		DESCRIÇÃO
LOA	–	Lei do Orçamento Anual
LTCAT	–	Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho
MCASP	–	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MPU	–	Ministério Público da União
NBC	–	Normas Brasileiras de Contabilidade
ODS	–	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	–	Organização das Nações Unidas
OS	–	Ordem de Serviço
PAA	–	Plano Anual de Auditoria Interna e Fiscalizações
PAC	–	Plano Anual de Capacitação
PCMSO	–	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PCO	–	Pesquisa de Clima Organizacional
PEI	–	Planejamento Estratégico Institucional
PETIC	–	Plano Estratégico de Tecnologia de Informática e Comunicação
PIE	–	Planejamento Integrado das Eleições
PJE	–	Processo Judicial Eletrônico
PLOA	–	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLS	–	Plano de Logística Sustentável
PORT-CRE	–	Portal Transparência da Corregedoria
PPRA	–	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
PRES	–	Presidência
RAE	–	Requerimento de Alistamento Eleitoral
RG	–	Relatório Geral
RGPS	–	Regime Geral da Previdência Social
RP	–	Restos a pagar
RPPS	–	Regime Próprio de Previdência Social
SADP	–	Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos
SAOFC	–	Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

SIGLA	DESCRIÇÃO
SEAGES	– Seção de Acompanhamento de Gestão Contábil e Custos
SEATOS	– Seção de Acompanhamento de Atos Administrativos
SEAU	– Seção de Apoio ao Usuário
SEAUD	– Seção de Auditoria e Prestação de Contas
SEBAD	– Seção de Bando de Dados
SEBAP	– Seção de Benefícios, Aposentadorias e Pensões
SECA	– Seção de Contabilidade Analítica
SEDES	– Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional
SEDESC	– Seção de Desenvolvimento de Sistemas Corporativos
SEDIP	– Seção de Diárias e Passagens
SEDUC	– Secretaria de Educação
SEGED	– Seção de Lotação e Gestão de Desempenho
SEGOV	– Seção de Governança e Controle
SEI	– Sistema Eletrônico de Informações
SEPAG	– Seção de Pagamento
SEREF	– Seção de Registros Funcionais
SGP	– Secretaria de Gestão de Pessoas
SGRH	– Sistema de Gestão de Recursos Humano
SIAFI	– Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICEL	– Sistema de Inspeções e Correições Eleitorais
SIGEC	– Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos
SJE	– Seção de Controle de Juízos Eleitorais
SJGI	– Secretaria Judiciária e de Gestão de Informação
SJUR	– Sistema de Jurisprudência
SOF	– Secretaria de Orçamento Federal
SPCE	– Sistema de Prestação de Contas Eleitorais
SPCWEB	– Sistema para recebimento das contas de campanha
SPF	– Superintendência de Polícia Federal

SIGLA	DESCRIÇÃO
SPIUNET	– Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU	– Secretária de Patrimônio da União
STIC	– Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
STN	– Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	– Tribunal de Contas da União
TI	– Tecnologia de Informação
TIC	– Tecnologia de Informática e Comunicação
TPU	– Tabelas Processuais Unificadas
TRE-RO	– Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
TSE	– Tribunal Superior Eleitoral
UEs	– Urnas Eletrônicas
UNIRON	– União das Escolas Superiores de Rondônia
UPC	– Unidade Prestadora da Conta
VPDs	– Variações Patrimoniais Diminutivas
VPN	– Rede Privada Virtual (Virtual Private Network)
ZE	– Zona Eleitoral
ZE's	– Zonas Eleitorais

